



PUC GOIÁS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA
NÍVEL MESTRADO

**OS SENTIDOS DE VIOLÊNCIA PARA MULHERES
AFETIVAMENTE ENVOLVIDAS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

MELISSA PEREIRA DAVID SOUSA

Goiânia, 2013.



PUC GOIÁS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA
NÍVEL MESTRADO

**OS SENTIDOS DE VIOLÊNCIA PARA MULHERES
AFETIVAMENTE ENVOLVIDAS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
para obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Área de concentração: Processos Psicossociais.
Orientadora: Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa.

Goiânia, 2013



PUC GOIÁS UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

Esta dissertação de Mestrado foi avaliada pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás (Presidente)

Profa. Dra. Daniela Sacramento Zanini
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás (Membro interno)

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
Universidade Católica Dom Bosco (Membro externo)

Quanto mais nos silenciemos através de uma posição alienada sob a forma de violência, menos transformamos nossas realidades e esquecemos que para mudá-las temos que nos aproximar da realidade de outrem.

Georges Bataille

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade maravilhosa da vida terrena. A meus pais pelo lar acolhedor e pela noção de família. A meu pai, Euripedes David, cuja simplicidade me encanta, e a minha mãe Terezinha Pereira David, que algumas vezes foi pai e mãe, me mostrando que podemos ser o que quisermos com força e perseverança. Ao meu melhor amigo, companheiro, amante, incentivador, financiador e marido Adenir, por estar sempre comigo. A minhas irmãs, Miryan e Mônica, amigas confidentes, companheiras de todas as horas. A meus bebês, Isis e Isadora, que se mostraram adultas ao compreenderem os momentos em que me dividi entre estudos e cuidados maternos. A todas as pessoas que direto ou indiretamente de auxiliaram neste caminho.

Aos mestres Sônia Margarida (orientadora da dissertação de mestrado), Rodolfo Petrelli (orientador da pós-graduação) e Analice Arruda (professora da graduação), pessoas que para mim são exemplos de sabedoria, simplicidade e doação. A todas as mulheres que me inspiraram ao longo de minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I - VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	19
1.1 Violência.....	20
1.2 Violência de gênero	22
1.3 Violência sexual.....	24
1.3.1 Abuso sexual.....	27
1.3.2 Exploração sexual comercial	29
1.4 Políticas públicas de enfrentamento da violência sexual.....	31
CAPÍTULO II – AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL (AVS).....	36
2.1 Os AVS atendidos pelo Projeto Invertendo a Rota (Proinvert).....	40
2.2 As mulheres indicadas pelos AVS	44
CAPITULO III - OS SENTIDOS DE SER MULHER, DE FAMÍLIA, DE EDUCAÇÃO, DE VIOLÊNCIA E DE VIOLÊNCIA SEXUAL	
3.1 A análise das falas	49
3.1.1 Os sentidos de ser mulher	50
3.1.2 Os sentidos de família	54
3.2.3 Os sentidos de vários tipos de violência	61
3.2.4 Os sentidos de violência sexual	68
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	84
1 Autorização do Comitê de Ética.....	85
2 Termo de suporte psicológico do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ)	87
APÊNDICES	91
1 Questionário da pesquisa documental	92
2 Roteiro de entrevista da pesquisa empírica.....	96
3 Relatório do disque Direitos Humanos	97

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apreender os significados de violência atribuídos por oito mulheres (duas mães, quatro esposas ou companheiras, uma filha e uma irmã) afetivamente envolvidas com autores de violência sexual (AVS) contra crianças e adolescentes. As mulheres participantes da pesquisa não são as vítimas da violência, elas foram indicadas pelos AVS por terem um vínculo afetivo com eles. Os AVS que indicaram essas mulheres eram atendidos pelo Programa Repropondo do Projeto Invertendo a Rota (Proinvert) do Centro de Estudos Pesquisas e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj) do Instituto dom Fernando (IDF) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Tendo como base a psicologia sócio-histórica, e por meio da pesquisa qualitativa, norteadas pelo método dialético, esta dissertação buscou, com base nas falas das mulheres, apreender os sentidos que elas atribuíam à violência por eles praticada. Os procedimentos metodológicos foram divididos em três partes: a) Pesquisa bibliográfica no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (capes) período 2000 a 2011, com o intuito de conhecer o panorama da literatura sobre o tema; b) pesquisa documental realizada com o grupo do Proinvert, por meio dos processos que se encontravam no cartório da Penitenciária Odenir Guimarães; os processos foram analisados, e identificados todos os sujeitos que cumpriam pena por violência sexual. Após essa análise, alguns AVS foram convidados para atendimentos psicoterapêuticos oferecidos pelo projeto e os que aceitaram indicaram uma mulher significativa em suas vidas. No total, oito mulheres foram entrevistadas nesta pesquisa. c) Pesquisa empírica, ou seja, as entrevistas semiestruturadas, foram realizadas em dezesseis encontros, dois com cada mulher. Pretendeu-se buscar o diálogo necessário para se entender o fenômeno da violência sexual, retirando a violência do silêncio, dos segredos familiares. As falas, muitas vezes embargada pelo choro, apresentaram-se como um território repleto de contradições. Contudo, por meio delas pôde-se apreender os sentidos naturalizados de ser mulher, de educação e de família e como elas internalizaram os papéis sociais e de gênero, atribuídos à mulher ao longo de suas vidas. O cuidado, o acúmulo de funções e a subordinação foram alguns dos sentidos encontrados. A respeito da violência praticada pelos AVS, tanto eles como a maioria dessas mulheres negam a violência por eles praticada.

Palavras-chave: Psicologia sócio histórica, violência sexual, autores de violência sexual, mulheres.

ABSTRACT

The goal of this research is to apprehend the meanings of violence reported by eight women (two mothers, four wives or companions, one daughter and one sister) affectionately involved with sexual violence authors (sva) against children and teenagers. the women participating in the research are not victims of violence and were indicated by the svas because of their affective binding. the svas that indicated these women enrolled the "repropondo" program of the "invertendo a rota" project (proinvert) of the "aldeia juvenil" study researches and extensions center (cepaj) of the "dom fernando" institute of the pontificia universidade católica de goiás. Having as ground the social-historical psychology, and by means of qualitative research guided by the dialectic method, this essay sought to apprehend, based on the women reports, the meanings that they attributed to the violence practiced by the svas. the methodological procedures were divided into three parts: a) bibliographical research at the site of the coordenação de aperfeiçoamento pessoal de nível superior (capes), from 2000 to 2011, with the intention to get acquainted with the literature's panorama about the topic; b) archive research done with the group from proinvert, through the processes registered at the notary office of "odenir guimaraes" penitentiary. the processes were analysed and all subjects serving sentence for sexual violence were identified. after this analysis, some svas were invited to psychotherapeutic treatment offered by the project and each of those who accepted indicated a meaningful woman to their lives. so we came to the eight women interviewed in this research. c) empirical research through semistructured interviews along sixteen meetings, two with each woman. there was the intention to search for the dialog necessary to understand the sexual violence phenomenon, taking the violence out of the silence, out of the family secrets. the speeches, most of the time interrupted by crying, presented themselves as a territory filled with contradictions. nevertheless, because of these speeches, it was possible to apprehend the naturalized meanings of being woman, of education and family, and how they internalized the social and gender roles, assigned to women through their lives. the care, the overstock of functions and subordination were some of the meanings found. relating to the violence practiced by svas, both these svas along with most of women deny the violence practiced by them.

keywords: Social-historical psychology, sexual violence, sexual violence authors, women.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa situa-se no campo das investigações psicossociais que buscam analisar as dimensões subjetivas dos sujeitos que vivenciam situações de violência sexual, sejam eles vítimas ou autores. Inaugura-se uma nova perspectiva na medida em que se põe no cenário um ator negligenciado pelos estudos: a mulher que partilha da vida dos autores de violência sexual (mãe, esposa, companheira, filha, irmã).

Essas mulheres, ausentes das pesquisas, mas presentes nas vidas dos autores de violência sexual, certamente (pelo vínculo afetivo que estabelecem com eles) têm muito a dizer sobre violência e violência sexual, e em especial, sobre os sentidos que atribuem às denúncias que foram feitas contra esses autores, resultando, em prisão para eles.

Esta pesquisa busca, portanto, ampliar os estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, apreender a trajetória de vida dessas mulheres e quais os sentidos atribuem à violência praticada pelos AVS.

Por meio do Projeto Invertendo a Rota – Ações de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-juvenil (Proinvert), do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), com o Instituto Dom Fernando – Especializado em temas da infância, juventude e família (IDF), da Pró reitoria de extensão (PROEX) da PUC-Goiás, obtive acesso aos autores de violência sexual que indicaram as mulheres significativas em sua vida para que pudessem ser entrevistadas.

A ação inovadora do projeto foi reconhecida em 2009 pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) que lhe concedeu o Prêmio Regional de Inovação em Tecnologia Social. Este prêmio, além do reconhecimento social e acadêmico, possibilitou a continuidade das atividades, visto terem sido disponibilizados recursos financeiros para suas atividades.

Os atendimentos realizados pelo Proinvert com as vítimas, autor e a com suas famílias favorecem a compreensão dos fenômenos e do adensamento teórico com foco na subjetividade do autor de violência sexual, com o intuito de auxiliar a prevenção, desfazer o círculo do abuso sexual transgeracional, impedindo, assim, futuras reincidências, e, desta forma protegendo crianças e adolescentes (CAFÉ, 2004).

Café (2004) pontua que, durante todas as etapas do programa de atendimento aos autores de violência sexual contra crianças e adolescente, foram atendidos 38 sujeitos adultos e dois adolescentes e suas famílias. A autora frisa a importância da psicoterapia

para a não reincidência e afirma que o processo psicoterapêutico pode transformar a maneira de os AVS compreenderem a criança e o próprio ato praticado.

Um dos objetivos do Proinvert é fazer que os autores de violência sexual tenham a possibilidade de repensarem suas vidas e suas condutas, já que o sistema prisional não proporciona tal reflexão. Os sujeitos presos tendem a negar o crime, algumas vezes como medida protetiva, pois os outros presos têm uma conduta diferenciada com os sujeitos que cometem violência sexual, considerando- o único crime hediondo.

Para entender a violência, é preciso dar visibilidade a história e o contexto dos sujeitos nela inseridos, pois sua configuração está relacionada não só ao plano individual, mas às relações humanas e institucionais. Pesquisas traduzem-se em subsídios legítimos para às políticas públicas, no enfrentamento do fenômeno da violência, constituindo-se em instrumento político de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em Goiás, vários pesquisadores de diversas áreas do conhecimento dedicam-se a investigar a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes: Carvalho (1989), Café (2004), Costa (2006), Dos Santos (2004), Esber (2005; 2007; 2008); Monteiro (1997), Pinheiro (2000; 2006), Roure (1996; 1997), Santos (2008), dentre os estudos destacam-se pesquisas e orientações coordenadas por Sousa (1997; 1998; 1999; 2001; 2004; 2005; 2007; 2008).

Investigações de Sousa e colaboradores (1997; 1998; 1999; 2001; 2004; 2007; 2008; 2010; 2012) demarcam o contexto familiar como o espaço predominante da incidência de casos de violência contra crianças e adolescentes, apontando que, na maioria dos casos de violência, cerca de 86%, há vínculos parentais, afetivos ou sociais entre a vítima e o autor sentenciado (SOUSA ; CARVALHO, 2007).

A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se não só como um problema social para a família e a sociedade, mas também como um enorme desafio para gestores do poder público. Oliveira (2010) afirma tratar-se de um fenômeno desafiador, que assumiu dimensões socialmente alarmantes, permeadas por dinâmicas complexas e sobretudo por desenvolver-se em cenários que envolvem diversos atores, bem como variados fatores.

No Brasil, são realizadas diariamente várias denúncias sobre diversas formas de violência. As estatísticas apontam que 90% das vítimas são mulheres, crianças e ou adolescentes e, em 97% dos casos, os homens são os autores. Na maioria dos casos registrados, cerca de 90% são de violência intrafamiliar, ou seja, situações onde há

vínculos familiares ou afetivos entre o autor e a vítima, e, portanto, verifica-se que há uma relação significativa entre violência contra crianças, adolescentes, mulheres, família, gênero e cultura (SAFFIOTI, 2004).

Método

Tendo como base a psicologia sócio-histórica, e por meio da pesquisa qualitativa, esta dissertação buscou por meio das falas oito mulheres indicadas pelos AVS, apreender os sentidos que elas atribuem à violência sexual por eles praticada.

Para Minayo (1993), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, e aborda aspectos da realidade que vão além do que pode ser quantificado. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos sentidos e significados das ações e relações humanas, um lado não captáveis em equações, médias e estatísticas.

A autora pontua que a opção pelo referencial da pesquisa qualitativa se justifica por ela viabilizar o acesso, a compreensão e a interpretação de realidades como universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993).

Esta pesquisa norteia-se também pelo método dialético, em concordância com os pressupostos da teoria sócio-histórica desenvolvida por Vigotsky (1886-1934), que propõe não reduzir o ser humano, entendendo-o como uma unidade na totalidade. Nesta perspectiva, o fenômeno psicológico só pode ser compreendido com base na relação do sujeito com o mundo social e material no qual está inserido.

A pesquisa sócio-histórica de Vigotsky (1984) é dialógica, fazendo do pesquisador parte integrante do processo investigativo, nos próprios instrumentos utilizados e na análise das informações. Para o autor, as ideias têm implicações nas características processuais e éticas do fazer pesquisa em ciências humanas que se refletem na relação pesquisador-pesquisado. Freitas (2010) afirma que o método sócio-histórico aproxima o pesquisador do seu objeto e o ajuda a ter uma dimensão da relação singular com a totalidade do individual com o social.

A linguagem, a palavra, fatores importantes na pesquisa, não são percebidos com sentidos únicos, nem universais, mas sim como o produto das interações sociais, diferente em cada momento histórico. Para Vigotsky (1998), a linguagem é um

elemento fundamental para a formação da consciência e desenvolvimento social do indivíduo, referenciando assim o método do materialismo histórico dialético, visto que enfoca a relação e não privilegia a descrição do discurso, mas a produção da fala reflete as apropriações históricas e sociais, constituindo-se de significados sociais e sentidos pessoais (LANE, 2004).

A palavra possui qualidades singulares e notáveis do pensamento: o significado (mais estável) e o sentido (mais dinâmico) produzidos por meio das mediações que o sujeito realiza em seu contexto sócio-histórico, as quais se somam as experiências psicológicas vivenciadas, transformando-as em consciência.

O significado, apesar de mais estável, não é estático e se constitui sócio-historicamente, em movimento contínuo que sintetiza a realidade, ainda que reúna em sua constituição seu aspecto interior próprio. O sentido é o conjunto de sensações, sentimentos, pensamentos, eventos psicológicos, e, quando ouvidas são desencadeados pela mente e consciência humana. O sentido não é estático, mas dinâmico e se transforma a cada momento, a cada novo elemento encontrado. (VIGOTSKY, 1998)

Procedimentos metodológicos adotados

Para realizar esta pesquisa, o projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres humanos (CEP), da PUC Goiás (anexo 1). Após análise, a realização do projeto foi autorizado, por atender aos critérios exigidos pela Lei nº 196/96 referente à ética em pesquisa com Seres humanos (BRASIL, 1996).

Alcançada a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Goiás, pôde-se iniciar os trabalhos, divididos em: a) pesquisa bibliográfica, que apresenta leituras nacionais sobre os temas de violência sexual, AVS e gênero; b) pesquisa documental, realizada por meio dos processos que foram selecionados pelo grupo do Proinvert, que se encontravam no cartório da Penitenciária Odenir Guimarães; c) pesquisa empírica, viabilizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres que foram indicadas pelos AVS, atendidos pelo Proinvert.

Pesquisa bibliográfica

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio do Portal Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), compreendendo o período de 2000 a 2011, baseado nas palavras chaves: violência sexual, autor de violência sexual, violência de gênero. Para Minayo (2010), essa etapa é de grande importância para a qualidade do estudo, e sempre deve ser realizado antes da pesquisa empírica.

Após a leitura atenta do material selecionado, foram feitos resumos e fichamentos para a sistematização do material, e com base no material sistematizado, ocorreu então à análise dos conteúdos, comparação da abordagem de autores, conceitos e definições.

Pesquisa documental

Em um segundo momento, realizou-se a pesquisa documental. O uso de documentos em pesquisa de ciências humanas e sociais é apreciado e valorizado, pois ampliam o entendimento do objeto proposto e, além disso, apresentam uma riqueza de informações que dificilmente poderiam ser encontrados fora desse contexto.

A coleta das informações foi realizada nos meses de maio e junho de 2011, no cartório da Agência Goiana do Sistema Prisional, vinculada à Penitenciária Odenir Guimarães, localizada em Aparecida de Goiânia - Goiás. Foram pesquisados todos os 1.320 processos que se encontravam no arquivo do estabelecimento nesse período. Após serem lidos, foram registrados 53 sentenciados por violência sexual, sendo 26 contra crianças, 23 contra adolescentes e 4 contra adultos. Dos 53 autores de violência sexual, foram selecionados 18 que tinham bom comportamento e não se encontravam presos na ala de segurança ou no ambulatório médico. Considerando tratar-se de uma abordagem exploratória, deveria abranger a maior diversidade possível, porém, alguns presos não quiseram participar dos atendimentos psicoterápicos oferecidos pelos psicólogos do Proinvert, condição exigida pela pesquisa. Do total de 18, restaram 12 AVS.

Na avaliação dos processos, foram preenchidos questionários com dados de identificação contendo: aspectos socioeconômicos e características do processo como tempo de prisão, reincidências e benefícios. (apêndice 1)

Na análise, foram observados dados quantitativos e qualitativos da pesquisa documental. Os questionários preenchidos com os dados dos sujeitos tiveram o intuito de construir um perfil do autor de violência sexual que se adequasse aos objetivos da

pesquisa, ou seja, os sujeitos teriam que manter algum vínculo feminino fora do presídio precisavam indicar uma mulher significativa em sua vida para as entrevistas. Geralmente as mulheres indicadas eram as que os auxiliavam em suas necessidades físicas e psicológicas.

Findado o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental e seus respectivos procedimentos, foi realizada a pesquisa empírica.

A pesquisa empírica é uma relação entre sujeitos, portanto, dialógica, na qual o pesquisador é parte integrante no processo investigativo. Ela foi realizada por meio de entrevistas com as mulheres indicadas pelos AVS selecionados na pesquisa documental. Um roteiro de entrevista semiestruturada (apêndice 2) foi elaborado.

A entrevista semiestruturada demonstra ser bastante adequada para obtenção de informações acerca dos sujeitos pesquisados, e, sobretudo, para apreender os sentidos e significados que os sujeitos atribuem às suas experiências.

Para Minayo (1993), esse tipo de entrevista é como uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa. Na entrevista, prioriza-se a fala, um símbolo revelador de outros símbolos (valores, condições sociais), pois cada fala é determinada por um contexto histórico, temporal, cultural.

Para a coleta de informações, foram enfrentadas algumas dificuldades, pois alguns dos autores de violência sexual não tinham contato com suas famílias havia muito tempo, e, em outros casos, os AVS indicaram mulheres, que não queriam falar. Elas alegavam várias dificuldades, sobretudo sobre o tema, e o medo de prejudicar o autor de violência sexual.

Observou-se que a maioria desses sujeitos nega o crime, alguns por medida protetiva, pois, no sistema penitenciário, os AVS recebem um tratamento diferenciado dos outros presos, pois, para a comunidade carcerária, os crimes sexuais são considerados hediondos.

Entretanto, depois de algumas tentativas e várias visitas domiciliares realizadas às famílias desses doze sujeitos, oito mulheres afetivamente envolvidas com AVS concordaram em participar da pesquisa.

No primeiro encontro com essas mulheres, foram feitos alguns esclarecimentos acerca da pesquisa, lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e iniciada a terceira fase, ou seja, a pesquisa empírica. Foram realizados dezesseis

encontros, dois com cada uma das oito mulheres indicadas, e cada entrevista durou, em média, duas horas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e revisadas na íntegra. De acordo com Minayo (2010), a gravação e a transcrição do conjunto de informações para posterior análise e interpretação é um modo bastante usual de resguardar a fidedignidade das informações construídas. A sistematização fundamenta-se na articulação de temas semelhantes, complementares ou contraditórios, o que possibilita apreender nos núcleos de significação, indícios daquilo que está implícito na fala, mas que não se mostra presente, ou seja, permite ir além do aparente. (AGUIAR; OZELLA, 2006).

As falas foram separadas em quadros de núcleos de significação de acordo com seu conteúdo temático, para facilitar a organização do material empírico.

Procedida a leitura do material, foram selecionadas as falas referentes aos núcleos de significação: violência, violência sexual, educação, família, AVS, mulher/gênero.

A análise e interpretação das informações objetivaram abarcar o nível individual e o coletivo dialeticamente. Com a contextualização da particularidade histórica, econômica e social, buscou-se apreender, em cada trecho de entrevista, o que mais representava a singularidade e a universalidade, relacionando-os às teorias existentes sobre a temática e que já foram amplamente discutidas por outros autores.

A análise e a interpretação das informações decorreram dos núcleos temáticos de significação dos assuntos emergentes, ao mesmo tempo em que os relacionou com a teoria existente sobre o objeto da pesquisa. Na análise, pretendeu-se ultrapassar a aparência, e desvelar os nexos constitutivos contidos nas falas dos sujeitos.

A estrutura da dissertação

Esta dissertação é constituída por introdução e três capítulos que apresentam resultados acerca da discussão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes explanando os sentidos dessa violência para mulheres afetivamente envolvidas com autores de violência sexual.

No capítulo I, intitulado “Violência de gênero: crianças, adolescentes em situação de violência”, serão discutidos os aspectos conceituais referentes á violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

No capítulo II, serão delineadas as características dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes atendidos pelo Pronvert e as características das mulheres por eles indicadas.

No capítulo III, serão apresentadas as histórias dessas mulheres, os sentidos que elas atribuem à mulher, à maternidade, à família, à educação, à violência e à violência sexual.

CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

O fenômeno da violência é um grave problema social e está presente tanto em países desenvolvidos e em desenvolvimento, materializando-se de várias formas, causando danos físicos, psicológicos e sexuais as suas vítimas.

Segundo Minayo (2006) a violência acompanha a trajetória da humanidade, e vai se manifestar de várias formas de acordo com os aspectos culturais nos diferentes momentos históricos.

A situação de violência enfrentada por crianças, adolescentes e mulheres é reforçada pela a relação assimétrica de poder, que se caracteriza pela existência de um sujeito em condições superiores, sejam elas de idade, força, posição social, econômica, inteligência e autoridade, e que, se utilizando dessas condições comete a violência contrariando à vontade da vítima, lhe causando um dano físico, psicológico e/ou sexual.

Azevedo e Guerra (1989) relacionam violência à estrutura sócio econômica e a situações do cotidiano familiar como o abuso de álcool e drogas. As autoras chamam a atenção para o fenômeno que nominaram de “coisificação da infância”, em que na relação adulto - criança existe a transgressão do poder e do dever de proteção.

Nessas situações de violência, nem sempre se utiliza força, algumas vezes outras formas de “consentimento” serão conseguidas, como sedução, suborno, indução e ameaças, mecanismo que anula a vontade do outro.

Apesar do grande número de denúncias, estima-se que somente 25% dos casos de violência cheguem aos órgãos competentes. A subnotificação acontece por vários motivos, e, dentre eles destaca-se o medo, a vergonha e algumas vezes a falta de conhecimento, pois algumas situações se naturalizam e os indivíduos nem percebem que estão vivenciando uma situação de violência (MÜLLER, 2001).

I.I Violência

Cada sociedade produz a sua cultura que defini formas dos sujeitos perceberem e conceituarem a violência. Apesar das diferenças culturais a violência é comumente percebida como o uso da força e da coação para obrigar alguém a fazer alguma coisa contra sua vontade, aproveitando de uma relação de assimetria, de hierarquia e desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão.

Chauí (1985) pontua que a ação violenta tem objetivos de ferir, excluir, aniquilar e dominar, transformando o indivíduo em objeto, tirando dele a noção de sujeito. Para a autora sua origem é sociocultural e histórica e não pode ser entendida como um ato isolado. A violência é influenciada por vários fatores e relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas e o processo civilizatório de um povo.

Saffioti (2004) aponta as dificuldades para definir o fenômeno violência, pois a forma de entendê-la é diferenciada em cada cultura, por isso a autora assinala que a noção de direitos humanos é uma melhor forma de se trabalhar o tema.

Prefiro trabalhar com a noção de direitos humanos, que, pelo menos, varia por subestruturas, de classe para classe, de raça para raça, de gênero para gênero. Parece que o conceito de violência não encontra um lugar ontológico, por isso é impossível definir violência, enquanto os direitos humanos encontram esse lugar (SAFFIOTI, 2004, p.19).

Ao considerar violência relacionada a direitos humanos, pode-se constatar que não só a ação, mas a omissão também é uma forma de violência, pois está relacionada a qualquer ato que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um ser humano.

A omissão pode ser praticada dentro e fora dos lares, por qualquer integrante da família que esteja em relação com a pessoa vitimada, tendo laços consanguíneos, de afinidade ou responsabilidade (AZEVEDO; GERRA, 1998).

Quando há relação de parentesco entre a vítima e o agressor a violência é denominada intrafamiliar, e, quando não há uma relação de convivência familiar entre agressor e vítima é chamada extrafamiliar.

O fenômeno da violência é sócio-historicamente construído, e não se esgota no campo individual, é constituído por diversos fatores, e composto por práticas complexas, e para entendê-lo faz-se necessário apreender as suas diversas formas e seus multi fatores (ESBER, 2008).

1.2 Violência de gênero

Para se apreender a violência, é preciso compreender as questões de gênero e quais os sentidos e significados de ser homem e mulher em uma determinada sociedade.

Gênero pode ser conceituado como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para investigar a construção social do feminino e do masculino, e é interligado as diferenças culturais, sexuais, econômicas e sociais.

Homens e mulheres aderem de formas distintas aos papéis e estereótipos prescritos pela cultura. A forma de lidar com as imposições constitui um elemento importante para a construção da subjetividade. Portanto, gênero diz respeito à condição feminina e masculina na construção da subjetividade, e abrange várias dimensões da experiência na vida, tanto dos homens quanto das mulheres (OLIVEIRA, 2007).

Para Scott (1990), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos como uma forma primária de significação das relações de poder.

Alguns autores são importantes no estudo de gênero. Chauí (1989), por exemplo, ao discutir o tema, trata de “cumplicidade”, pois, para a autora, tanto os homens quanto as mulheres são agentes de reprodução dos papéis sociais. Entretanto, essa cumplicidade não se baseia em escolha ou vontade, já que para a autora a subjetividade feminina é destituída de autonomia. Assim, concebe a violência relacionada ao gênero como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, com fins de dominação.

Já para Saffioti (2003) a questão de gênero se consolida ao longo da história, por meio dos papéis impostos às mulheres e aos homens, que reproduzem as relações violentas que lhe são reforçadas por meio dos papéis e ideologias do patriarcado. Para a autora, a violência de gênero não é fruto da natureza humana, mas sim, do processo de socialização, no qual a relação violenta vai além da dominação, e chega a ser exploração.

Socialmente, o homem é visto no exercício da função patriarcal (que é baseada na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino), e detendo poder sobre mulheres, crianças e adolescentes, recebe autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para suas condutas, que, algumas vezes, são violentas.

Socialmente a cada gênero corresponde um lugar, para o feminino é destinado os espaços de reprodução e cuidado. Ao gênero masculino, cabem os lugares de produção, direção e mando, a violência de gênero estrutura-se – social, cultural, econômica e politicamente – a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, *status* e poderes

desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política. (SAFFIOTI, 2003, p. 64)

No processo de socialização a mulher é educada para se submeter ao homem. Ela consente na relação violenta, e acaba tornando essa submissão natural, não tendo poder necessário para reagir e para lutar contra tal situação.

Gregori (2008), ao conceituar violência de gênero não pretende culpar, homem ou a mulher na participação na produção de vitimização ou dominação nas relações de gênero. O que interessa-lhe entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume, pois,

ao se tratar de posições de gênero é preciso considerar que, certamente, existem padrões legitimados socialmente importantes na definição de identidades e condutas. Contudo, é preciso ter em mente que eles devem ser vistos como construções, imagens, referências compostas e adotadas de modo bastante complexo, pouco linear e nada fixo (GREGORI, 2008, p.178).

Para a autora a violência pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa, mas que leva a uma relação. Tal relação não é uma luta por poder, portanto não há vítima, e sim, indivíduos que participam ativamente da relação violenta, e diante disso o que se cala diante da situação se torna cúmplice.

Os seres humanos constituem e são constituídos progressivamente à medida que ampliam suas redes de convivências, sendo assim, não são determinados por uma natureza intrínseca ou extrínseca.

Medrado (2001) explica que os homens são socializados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade. E chama a atenção para o lugar que sobra para as mulheres: o cuidado e a submissão.

As situações de violência não acontecem de uma hora para outra: existe uma escalada da violência. A mulher, antes de submeter-se a algumas situações de violência, seja verbal, física e sexual, passa inicialmente por violência psicológica, que, muitas vezes destrói sua autoestima.

Os vários tipos de violências nem sempre são resultado de ira, e sim de atitudes naturalizadas e continuadas, porque foi assim que as mulheres aprenderam a conviver.

Somado a isso, a violência de gênero é banalizada, isto é, apesar de serem prejudiciais, são considerados “normais”, em razão de sua habitualidade.

Em se tratando de crianças e adolescentes, a violência vem carregada de silêncio, e gera grande sofrimento. Muitas vezes, o ato é solitário, raramente há testemunhas, e nem sempre deixam marcas visíveis. Assim o fenômeno pode passar despercebido ou até mesmo ser confundido pela vítima como um carinho ou uma brincadeira sem graça.

No interior de cada família, podem existir segredos, que são fonte de sofrimento, de humilhação, de atos libidinosos que amplia e legitima a situação subalterna de crianças, adolescentes e mulheres em relação à supremacia masculina. Em nome da honra e da sacralidade familiar, algumas pessoas, sobretudo as mulheres, constroem um muro de silêncio, em relação as violências sofridas.

1.3 Violência Sexual

A ocorrência do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes têm sido documentada e é tema presente em diversas culturas; na mitologia, nas artes, na antropologia, na história, no direito, na religião, na sociologia, na psicologia, na educação e em diversas outras áreas do saber (Esber, 2008).

O presente tema era pouco estudado até 1980, e que as reportagens de jornais, telejornais e revistas não se referiam ao contexto dos AVS ou suas famílias, pois tratavam o tema da violência com um enfoque na desonra sexual. Somente a partir dessa década, as reportagens ganharam uma linguagem científica, passando assim a influenciar as opiniões sobre as questões culturais referentes ao tema (Landine, 2006).

Historicamente no Brasil, na década de 1990 que a temática da violência contra crianças e adolescentes passou a receber maior atenção, especificamente após a promulgação da lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – quando esta problemática ganhou programas específicos de atendimentos. Tais programas auxiliam significativamente na compreensão das dimensões política e ética, o que conseqüentemente, confere maior visibilidade ao tema da violência, que passou a ser considerada uma forma de violação aos direitos da criança ou do adolescente (FALEIROS, 2004).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência sexual como toda a ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais contra a vontade, por meio da força física, da influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução), ou do uso de armas ou drogas (OMS, 2010).

Este tipo de violência é diagnosticada como de extrema gravidade, pelo seu caráter íntimo relacional. Quando é cometida por adultos contra crianças, é ainda mais grave, decorrendo na desestruturação psíquica e social, sobretudo, quando é prolongada, e acontece no meio familiar, no qual deveria existir confiança.

Segundo vários autores, como Azevedo e Guerra (1989); Furniss (1993); Saffioti (1989), a violência sexual contra crianças e adolescentes, correspondem a atos impostos por um adulto que explora seu poder sobre ela a fim de obter satisfação sexual. Chauí (1985) acrescenta que

as variações na violência sexual infligida a crianças e adolescentes pressupõem uma relação de heteronomia, dominação e coisificação do sujeito, relação que em última instância, reduz as capacidades de autodeterminação desses, ou seja, sua liberdade em relação a vivência da própria sexualidade (Chauí, 1985a, p.63).

A Organização Mundial de Saúde calcula que 800 milhões de pessoas em todo o mundo já tenham sofrido algum tipo de violência sexual quando criança ou adolescente. Segundo a Agência das Nações Unidas, 20% das mulheres, e entre 5% e 10% dos homens, foram vítimas desse tipo de violência em algum momento da vida pré-adulta. A estimativa é alta devido à dificuldade de se verificar a violência, que em grande parte é feita por pessoas próximas da criança e do adolescente. Os casos de violência intrafamiliar representam 30% do total, de acordo com a OMS (BRASIL, 2010).

Delfino (2009) pesquisou Boletins de Ocorrências Policiais da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da cidade de Porto Velho, Rondônia. Esses boletins revelaram que 87,6% são vítimas de sexo feminino, 85% dos agressores são de sexo masculino e, em 55,17% dos casos os agressores têm grande proximidade com a família dos abusados. Diante dos achados, percebeu-se que os cuidadores são os mesmos que abusam.

Ribeiro (2004) realizou pesquisa nos conselhos tutelares de Ribeirão Preto em São Paulo no período de 1995 a 2000. Neste período identificou-se 234 casos de violência, 131 cometidas contra crianças (48,7%) e 95 contra adolescentes (41,2%),

com predomínio do sexo feminino. Crianças com idades de 10 a 12 anos foram as mais vitimadas (19,5%) e entre os adolescentes, os de 12 e 14 anos completos (17,3%). A maioria das vítimas residiam com famílias com três (19,9%) ou quatro filhos (17,7%), sendo os primogênitos os mais agredidos (33,6%). Pais (34,2%) e padrastos (30,3%) foram os que mais agrediram, com os primeiros vitimizando mais crianças (19,7%) e os segundos, adolescentes (17,1%).

Pfeiffer e Salvagni (2005) pesquisaram trinta famílias e pontuam que as mais pobres costumam denunciar mais, geralmente em busca de auxílio, enquanto as mais ricas não costumam denunciar por medo de serem expostas à sociedade. As famílias de classe média alta utilizam meios particulares para resolver o problema, como advogados, médicos e psicólogos particulares, e muito bem pagos, assim, exigem silêncio, e esses casos não entram nas estáticas. Ressalta-se que, embora haja mais denúncias das classes com renda mais baixa, o número de denúncias não tem relação com a ocorrência.

Pesquisas de Sousa e colaboradores (1997; 1998; 1999; 2001; 2004; 2007; 2008; 2010; 2012) confirmam os dados nacionais, e apontam que em 86% dos casos de violência existe o vínculo parental, afetivos ou sociais entre a vítima e o autor, e que menos de 30% das famílias denunciam atos de violência (SOUSA; CARVALHO, 2007).

Atualmente se tem mais informações, se investiga mais e, as crianças e adolescentes, estão sendo mais ouvidos pelos adultos, que ao perceberem que algo de errado está acontecendo procuram ajuda. Segundo Café (2004) o silêncio das famílias protegem o autor de violência, e deixavam as crianças desamparadas.

Na sequência discute-se duas modalidades de violência sexual: o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

1.3.1 Abuso Sexual

O abuso é um tipo de violência sexual e é descrito como toda situação em que uma criança ou um adolescente é utilizado para gratificação sexual de pessoas, geralmente mais velhas. O uso do poder pela assimetria entre abusador e abusado é o que mais caracteriza essa situação. O abusador “se aproveita do fato de a criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acobertamento. A criança e o

adolescente se sentem culpadas por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir o seu consentimento” (ABRAPIA, 2002; pag. 28).

Para Furniss (1993), o que caracteriza o abuso sexual não é a falta de consentimento, pois, algumas vezes a criança é seduzida e pode aceitar a realização do ato, porém, sem capacidade emocional para discernir entre o que é certo e errado. Além do mais, a experiência sexual resultante do abuso está além do que ela é capaz (emocionalmente e fisicamente) de vivenciar.

Segundo Sousa e Carvalho (2007) o abuso sexual é qualquer ato que use o corpo da criança e/ou adolescente para atender aos desejos sexuais do adulto. Esse ato pode ser físico-genital, orogenital, anal, ou até mesmo sem contato físico, como acontece no exibicionismo.

Também Ferrari e Vecina (2002) descrevem o abuso sexual como toda ação que envolve ou não o contato físico, não apresentando necessariamente sinal corporal visível. Pode ocorrer a estimulação sexual sob a forma de práticas eróticas e sexuais (violência física, ameaças, indução, voyerismo, exibicionismo, produção de fotos e exploração sexual).

A criança que sofre abuso sexual é considerada uma vítima em potencial, em razão de suas características peculiares e a incapacidade de decidir se deve ou não consentir a realização do ato. Ferrari e Vecina (2002) apontam que as consequências vão de problemas emocionais e psicológicos a danos físicos, pois a criança e/ou adolescente é, ainda exposta aos riscos de adquirir uma doença sexualmente transmissível, ou uma gravidez indesejada.

Drezett (2000) aponta as consequências do abuso, e frisa que são desastrosas, sobretudo para crianças e adolescentes. A autora informa que 28% a 60% das vítimas são infectadas por alguma DST (Doença Sexualmente Transmissível) que são doenças como hepatite B, gonorreia, sífilis, clamídias, tricomoníase e cancro mole.

A curto prazo a criança vítima de abuso sexual apresenta distúrbios do sono, problemas escolares, interesse sexual precoce, alteração do humor, ansiedade e dor psicossomática, baixa autoestima, dificuldade de interação com outras crianças, hiper ou hipo atividade, dificuldades de atenção e concentração, comportamentos rebeldes, práticas de delitos (mentiras e furtos), além de imagem corporal distorcida e fantasiosa (DREZETT, 2000).

A longo prazo a criança vítima pode apresentar distúrbios psicológicos e psicossomáticos, e geralmente tem maior predisposição para uso de álcool e outras

drogas. Os dados revelam maior índice de depressão e outros transtornos de humor na fase adulta, além de maior número de suicídio, dificuldade para o ato sexual e homossexualidade (DREZETT, 2000).

No Brasil, esse problema já foi considerado como relacionado às áreas social e jurídica, entretanto desde 2010, é considerado um problema multidisciplinar, e sobretudo, um agravo à saúde pública, pois causa um enorme impacto na qualidade de vida e nos índices de morbidade e mortalidade da população (SEDH-DCA, 2012).

O abuso sexual praticado no interior dos lares, por parentes consanguíneos ou afins, é chamado de incesto. Esse tipo de violência geralmente é praticado por pessoas de quem a criança e o adolescente gosta e confia.

Incesto é um tipo de abuso sexual intrafamiliar, na qual os abusos são perpetrados por membros consanguíneos da família nuclear, praticado por pessoas que têm socialmente a função parental de cuidar e proteger as vítimas.

Quando perpetrado por parentes consanguíneos, é chamado de incesto primário. Quando praticado por padrasto, madrasta, namorado da mãe ou namorada do pai é conhecido como incesto secundário. A literatura aponta também o incesto polimorfo ou “equivalente incestuoso”, que ocorre em relações de confiança, em consultórios médicos e odontológicos, em que a pessoa se aproveita da posição ou função superior para manter um relacionamento sexual com crianças e ou adolescentes (COHEN, 1993).

Melo (2012) aponta que o incesto pode ocorrer em até 10% das famílias, e que, dentre as denúncias de abuso sexual, 87% são relacionadas a vítimas que têm parentesco com o autor, e dentre eles o pai, o padrasto ou o irmão mais velho são os autores mais frequentes. A autora em suas pesquisas percebeu que, na maioria das relações incestuosas, havia afeto de ambas as partes por isso, descreve os AVS incestuosos como os mais “desafiadores” no sentido de apreender o que os leva a praticar tal ato, já que não desejam causar sofrimento as suas vítimas.

O incesto, na maioria das vezes, é oculto e protegido por uma “conspiração de silêncio”, tanto da vítima como das famílias. No Brasil, o incesto é proibido por lei, sobretudo se o indivíduo for menor de dezoito anos, porém, se o indivíduo for maior de dezoito anos, então capazes de consentirem a relação, não é considerado crime.

A falta de comunicação e a lei do silêncio, extremamente cômodas para o autor, são características encontradas em famílias nas quais existem crianças e adolescentes vítimas de incestos. A vítima normalmente cala-se e os demais membros negam-se a enxergar a realidade. Comumente, o respeito nessas famílias é cego, sem discussão, no

tocante a autoridade, e com discriminação de papéis de gênero, o que mantém a mulher e a criança como objetos de desejo, geralmente masculino.

1.3.2 Exploração sexual comercial

Outra face grave da violência sexual é a exploração sexual comercial. Faleiros (2000) define-a como a relação em que adultos utilizam crianças e adolescentes como objetos em atividades e relações de caráter comercial, mercantil e econômica.

Em relação à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, Libório (2003) esclarece que o fenômeno implica relações abusivas de poder, marcadas pela comercialização dos corpos infantis. Segundo a autora, essa prática é dividida em quatro modalidades: prostituição, pornografia, tráfico para fins sexuais e turismo sexual.

A prostituição é a troca de sexo por dinheiro e geralmente essa troca é “consciente”, e, até pouco tempo, tratada da mesma forma, tanto em casos de adultos, adolescentes ou crianças. Contudo, Sousa (2004) acrescenta que não é adequada essa classificação, no caso de crianças e adolescentes, pois eles ainda não têm maturidade, nem condições de escolha, e, na maioria das vezes, foram induzidos ao ato por adultos.

A pornografia é a apresentação de situações sexuais por meio de fotos, vídeos, revistas, espetáculos, literatura, cinema, publicidade, Internet e demais meios de comunicação, que acabam familiarizando crianças e adolescentes com o sexo, o que facilita as situações de abuso.

A pornografia tratando-se de crianças e adolescentes, também pode ser utilizada em caráter comercialmente, por quaisquer meios, desde cenas ou objetos obscenos a serem apresentados a um público a exposição de práticas sexuais diversas, com o intuito de despertar desejo sexual no observador.

A facilidade de descolamento e a maior acessibilidade aos meios de comunicação contribuem para o comércio do sexo, criando novas modalidades de violência sexual. Dentre as modalidades de exploração comercial sexual contra crianças e adolescentes, há o tráfico e a venda de pessoas, que envolvem violência, agressões, engano, coerção e fraudes. Trata-se situação similar à escravidão, pois crianças e adolescentes são levados para outros estados e países como o objetivo de serem explorados sexualmente, e que pode ser confundido com o turismo sexual que consiste

na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes por pessoas que buscam determinadas região à procura de sexo (FALEIROS, 2004).

A violência sexual contra crianças e adolescentes como visto, deve ser apreendida em suas múltiplas formas, em virtude de seus danos e intensidade, o que implica a viabilização de diversas políticas públicas para seu enfrentamento.

1.4 Políticas públicas de enfrentamento da violência sexual

No processo de desvelamento e enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, consideram-se relevantes os eventos da década de 1960, com o surgimento de inúmeros movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente. No Brasil, no entanto, esse caminho foi lento, tendo seu início em 1979, com a criação do Código de Menores.

Em 1988, outro grande avanço dos direitos civis por meio da discussão, aprovação e promulgação da Constituição do Brasil. No ano de 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas marcou definitivamente a transformação das políticas públicas voltadas para essa parcela da população, culminando assim a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído como lei federal nº 8.069, em 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1994).

Ainda na década de 1990, no ano de 1996, aconteceu o I Congresso Mundial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, em Estocolmo, Suécia. Trata-se de um marco histórico no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, quando se apontou a necessidade de analisar o fenômeno do ponto de vista histórico, cultural, social e jurídico.

Em 1993, foi elaborado o relatório da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada para investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, o que trouxe à tona inúmeros casos de violação dos direitos infanto-juvenis (LIBÓRIO, 2003).

No ano de 1997, foi criado o *Disque-denúncia* (0800-00-90-55), serviço telefônico gratuito que encaminha reclamações e acusações às autoridades responsáveis. Este serviço posteriormente transforma-se em grande feito no combate a violência e exploração de crianças e adolescentes. (Dados atualizados anexo 3)

Neste mesmo ano, 1997, em Goiânia-Go aconteceu o *I Fórum goiano pelo fim da violência sexual infanto-juvenil* e foi assinado o Pacto de Goiás, compromisso

político de combate as formas de exploração e abuso sexual, pelo governo estadual e municipal e por representantes de setores da sociedade civil.

Em 2000, foi aprovado e publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, passo importante para as políticas públicas de enfrentamento da violência que será detalhado adiante (BRASIL, 2004).

No ano de 2001, aconteceu o *II Congresso mundial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes*, realizado em Yokohama, Japão, no qual foi reafirmado o compromisso global de proteção das crianças contra abuso e exploração sexual.

Em 2003, o Ministério da Saúde operacionalizou de forma descentralizada o atendimento médico realizado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que, de forma articulada, trata e encaminha casos de violência sexual.

No ano de 2006, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), alguns programas de assistência como o Sentinela passou a inserir-se como serviço do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social.

Em 2008, ocorreu *III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, realizado no Rio de Janeiro, nesse encontro foi apresentada a *Declaração e Pacto do Rio de Janeiro*, que estabeleceu acordo de ações integradas e sistêmicas para combater a violência sexual imposta ao público infanto-juvenil em todo o mundo.

Em 2009, uma importante parceria entre a Childhood Brasil e o Conselho Federal da Criança e Adolescentes passou a propiciar, em todo o país, uma capacitação profissional do sistema de garantia de direitos, e só no estado de São Paulo, foram habilitados 250 profissionais (BRASIL, SEDH/DCA, 2012).

No ano de 2011, no dia 18 de maio, intitulado Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, governo federal em parceria com a United Nations Children's Fund (UNICEF), lançou Campanha Nacional de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com o *slogam*: “*Faça bonito – proteja nossas crianças e adolescentes*”.

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi de autoria da deputada Rita Camata (PMDB/ES) – presidente da Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente do Congresso Nacional – o projeto foi sancionado em maio de 2000 como Lei nº 9.970; E desde então, todos os anos

subsequentes, a data é comemorada em todo país com intuito de alertar, tratar, combater e prevenir a violência contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma proposta complexa, que deve envolver diversas ações em vários campos de saberes, com atuação conjunta da sociedade civil e poder público em todas suas instâncias governamentais. Para tanto, é importante a criação e o fortalecimento de redes, em um trabalho multidisciplinar, entendendo-as como um conjunto articulado de ações e de compromisso social com a criança e o adolescente.

Cientistas, pesquisadores, governo e sociedade buscam estratégias para combater a violência e a violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentre eles destaca-se o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que, desde 2000, vem orientando os profissionais com objetivo de erradicar o fenômeno (BRASIL, PNEVSCA, 2000).

Para facilitar sua execução o plano foi dividido em seis eixos:

O primeiro eixo denominado análise da situação, buscou conhecer o fenômeno e fazer um diagnóstico situacional. Esta análise amplia e aprofunda as pesquisas incluindo autores de violência sexual e suas famílias.

O segundo eixo, mobilização e articulação que pretendia mobilizar e articular a sociedade por meio de campanhas, propagandas, em diversos meio de comunicação.

O terceiro eixo, defesa e responsabilização pretendia realizar o atendimento e monitoramento das denúncias, com objetivo de quebrar o ciclo da impunidade com a responsabilização dos autores com objetivo de diminuir a impunidade.

No quarto eixo, atendimento, busca-se trabalhar em rede para garantir o atendimento especializado às crianças, adolescentes, autores e famílias.

Na década de 1990, segundo Libório (2003), a violência sexual contra crianças e adolescentes foram incluídas na agenda pública da sociedade civil como questão relacionada com a luta nacional e internacional pelos direitos humanos. Após debates sobre este fenômeno, criaram-se os Centros de defesa da criança e do adolescente (Cedeca) nas capitais do país. Essas instituições surgiram com o objetivo de oferecer atendimento especializado às vítimas de violência.

Em Goiás o Centro de Estudos Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (cepaj) vinculado ao Instituto Dom Fernando (IDF) da PUC Goiás, por meio de vários projetos, dentre eles o Proinvert ganhou destaque no atendimento à vítima. Desde 1999, o projeto atua no combate à violência contra crianças, adolescente e no suporte psicológico as

suas famílias. Em 2004 iniciou-se o atendimento aos AVS, e por meio deles e de suas relações sociais, tenta-se apreender suas dimensões subjetivas.

O quinto, prevenção. As ações e a efetivação do Plano Nacional contam com a parceria de governo estadual e municípios, e se busca uma reflexão ativa com atores e autores referentes à violência sexual. Faleiros (2004), Dos Santos (2002), Mello (2010) assinalam que o silêncio é uma tentativa imaginária e errônea de escapar do estigma da exclusão e do pré - conceito acerca da violência sexual. O silêncio torna-se parte do círculo vicioso, que, algumas vezes, faz parte da história de algumas famílias.

O sexto eixo refere-se ao protagonismo infanto-juvenil. Segundo Dos Santos (2004) a participação ativa de crianças e adolescentes, família, escola e sociedade são constituintes fundamentais da ação no Plano Nacional em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Na tentativa de erradicar esse fenômeno, o poder judiciário no intuito de proteger e garantir a dignidade da pessoa humana e a liberdade sexual, e também em atendimento às mudanças culturais e sociais do país, por meio da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, modificou o código penal brasileiro. O artigo 213 que na redação antiga (2003) dispunha que constituía crime “*Constranger mulher mediante violência ou grave ameaça à conjunção carnal*”. A nova Lei (2009) assim estabelece: “*Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso*”.

Além de transformar o sentido do artigo 213, a nova lei revogou os artigos 214 e 224, que tratavam do atentado violento ao pudor e da presunção da violência, previsto na antiga denominação de crimes contra os costumes. As antigas definições dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, com a nova lei, transformaram-se na recente definição de crime de estupro, gerando assim uma nova interpretação jurídica e, consequentemente, social.

A mudança abre um leque sobre vários tipos de violência contra crianças e adolescentes, sejam do sexo feminino ou masculino, já que no “ato libidinoso” estão contidas várias formas de violência de natureza sexual, não só no tocante a conjunção carnal, mas a várias outras formas que violam os direitos da criança e do adolescente.

No próximo capítulo, serão apresentados dos AVS sentenciados, que se encontravam em atendimento psicoterapêutico oferecido pelo Proinvert. E posteriormente as mulheres afetivamente envolvidas com eles, com o objetivo de apreender um pouco mais sobre os protagonistas e o cenário desse tipo de violência.

CAPÍTULO II AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A escolha da expressão autor de violência sexual (AVS) deu-se na tentativa de contrapor usos de nomeações pejorativas geralmente utilizadas para pessoa que abusa sexualmente de crianças e adolescentes, como estuproador, abusador, pedófilo, dentre outros, que acabam por focar um só papel dentre os vários que o sujeito desempenha ao longo de sua vida (ESBER, 2008).

No Brasil, as pesquisas sobre Violência Sexual iniciaram-se nos meados dos anos 1990, mas apenas recentemente os AVS tornaram-se sujeitos de pesquisas (ESBER, 2000, 2005, 2008; VECINA, 2002; JESUS, 2005, 2006; SANTOS E SOUSA, 2005; SCHMICKLER, 2006; SOUSA; CARVALHO, 2007; MELO, 2012). Havia a preocupação em identificar questões relacionadas às psicopatologias ou às psicopatias existentes nos AVS, e eram raras as reflexões sobre o indivíduo dialeticamente constituído e constituinte da sociedade na qual se insere.

Sousa (2004) propõe compreender as dimensões subjetivas dos AVS por meio da cultura. Ela afirma que não se pode ignorar quem eles são e de que classe social eles se originam, pontuando também que indivíduos encarcerados, na sua maioria, pertencem a classes populares, não dispendo, portanto, de recursos para contratar serviços jurídicos de qualidade.

Faleiros (2000) pesquisou 47 AVS, 2 do sexo feminino e 45 do sexo masculino. As faixas etárias oscilaram dos 14 aos 70 anos. Os AVS, na grande maioria, eram pais e padrastos (86%), seguidos de avós, irmãos e primos. Também dentre os AVS havia madrasta, tio, cunhado e tio-avô, ou seja, os perpetradores, em grande parte (93,7%), eram familiares ou conhecidos das vítimas, demonstrando assim a necessidade de conhecimento do contexto e das relações desses sujeitos, para tentar apreender a violência por eles praticada. Essa pesquisa foi realizada em cinco cidades de diferentes regiões brasileiras: Belém, Recife, Vitória, Goiânia e Porto Alegre. Os dados revelaram que, independentemente da região, a maioria dos AVS são conhecidos ou possuem vínculos afetivos e familiares com suas vítimas.

Landini (2003), por meio de um jornal de grande circulação (*Folha de S. Paulo*), no período de 1994 a 1999, buscou características comumente encontradas em AVS, apoiando-se em 384 textos publicados. Contudo, percebeu que as narrativas sobre violência sexual eram permeadas de pré conceitos referentes à prostituição e ao

desvirginamento. A autora comenta que, nos textos, havia a tentativa de justificar a violência. Para ela, os textos publicados deveriam focar-se nos AVS e na cultura que os produz, e não na questão moral ou nas doenças a eles atribuídas, uma tentativa errônea de justificar ou atribuir à pobreza características que condizem à violência. Segundo a autora

Nos textos analisados havia uma separação clara entre o crime cometido por uma pessoa de classe baixa e outra de classe média ou alta. No caso da violência sexual, atribuída a pessoas das classes mais abastadas, havia uma conexão com a doença mental (LANDINE, 2003, p. 281).

Schmickler (2006) pesquisou as narrativas de AVS incestuosos atendidos pelo Programa Sentinela de Florianópolis, (no período de março a novembro de 2006, foram recebidas 32 denúncias). Na tentativa de apreender a história de vida desses sujeitos, a autora fez uma análise da construção da violência, apontando a questão societal na formação de tais indivíduos. A autora descobriu que muitos desses sujeitos foram antes vitimados, por uma violência estrutural que os alienou de conhecimentos de direitos e deveres, e acima de tudo, de uma cultura de cidadania. Por isso, Schmickler (2006) firma a importância de atendimento psicoterapêutico ao AVS, com o intuito de ressignificar os casos de abuso, na tentativa de auxiliar a prevenção de novos casos e de romper o círculo da reprodução da violência.

No ano de 2006, Sousa e Carvalho (2007) pesquisaram, por meio dos prontuários da Penitenciária Odenir Guimarães (POG) os AVS contra crianças e adolescentes. A população carcerária naquele ano era de 2.245 reeducandos, dos quais 5,6% ou seja, 125 indivíduos foram sentenciados por violência sexual. Na pesquisa, buscou-se construir um quadro geral da população carcerária.

Os dados apontam que, na maioria as violências praticadas (86%), existiam vínculos parentais entre o autor e a vítima. A idade dos sentenciados prevalecia entre 37 e 45 anos. Os dados demonstram ainda que, 53% eram casados, ou seja, tinham uma companheira, e 47% eram solteiros. No quesito religião, não havia maioria: 50% declaram serem católicos, 49% evangélicos, e apenas 1% disseram não ter religião. No tocante à escolaridade, a maioria havia concluído apenas o ensino fundamental. Em termos de formação profissional, 47% desses autores eram trabalhadores de reparação e manutenção da produção de bens e serviços industriais (SOUSA; CARVALHO, 2007).

Apesar do aumento no número de denúncias (nas delegacias especializadas e nos conselhos tutelares), houve uma queda da população carcerária da POG, que segundo estudos de Sousa e Carvalho (2007), eram de 2.245 reeducandos e em 2011, conforme pesquisa do Proinvert eram de 1.320 reeducandos.

No ano de 2011, os psicólogos do Proinvert atenderam a 12 AVS que estavam cumprindo, pena na Penitenciária Odenir Guimarães (POG). Naquele ano a penitenciária abrigava 1.320 reeducandos; 53 eram sentenciados por violência sexual, ou seja, 4,3% da população carcerária; 26 cometeram violência sexual contra crianças, 23 contra adolescentes e 4 contra adultos. A grande maioria das vítimas, (87% das vítimas) eram do sexo feminino, e 82%, eram parentes ou conhecidos do AVS. Os dados desse levantamento indicam que, na maior parte dos casos de denúncias de violências, existem vínculos parentais entre o autor e a vítima.

As idades dos 12 AVS atendidos variaram entre 24 e 65 anos a maioria (60%), era casado, com baixa escolaridade (apenas 10% tinham iniciado o ensino superior) e a maioria (60%) tinha concluído o ensino fundamental; (70%) dos autores eram trabalhadores de reparação e manutenção da produção de bens e serviços industriais, ou seja, trabalhavam em serviços braçais.

Apesar de não haver um perfil estabelecido de AVS, algumas características são comuns nas denúncias: a maioria absoluta dos AVS (97%) são do sexo masculino com laços afetivos ou de parentesco com as vítimas. Já as vítimas, em sua maioria, (83%) são do sexo feminino, com idade de 4 a 14 anos, e os denunciantes, na maioria das vezes (58%) são as mães (MELO, 2012).

Segundo Esber (2008), a literatura internacional sobre AVS é mais ampla que a brasileira. Contudo, no Brasil vários estudos têm buscado revelar as faces da violência, com o intuito de explicar o fenômeno. Alguns focam a vítima, suas famílias, e outros, os autores de violência sexual.

Esber (2008) realizou pesquisa com AVS contra crianças e adolescentes: e propôs a compreensão dos nexos constitutivos da subjetividade dos AVS com base na teoria sócio histórica. Para a autora, é preciso, conhecer mais sobre a vida desses sujeitos, não os enquadrando em um tipo específico de transtorno mental. Em vez disso, faz-se necessário compreendê-los para além do ato cometido, entendendo sua história de vida e os sentidos e significados da violência por eles cometida (ESBER, 2008).

Em termos de psicodiagnóstico, o judiciário goiano adota os critérios médicos do Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM-IV edição), pois os

AVS são denunciados como portadores de pedofilia, ou dependendo da situação e da história clínica, como psicóticos ou psicopatas (MELO, 2012).

Melo (2012) pesquisou sessenta casos periciados no Tribunal de Justiça de Goiás, nos anos de 2010 a 2012. A autora, por meio de análise dos laudos realizados pela equipe multidisciplinar atuante na Junta Médica do Poder Judiciário, descreveu alguns traços comumente encontrados nesses sujeitos. A maioria absoluta (98%) eram do sexo masculino; (82%) parentes ou conhecidos das vítimas, (34,6%) casados, (42,4%) com idade entre 30 e 39 anos, (68%) possuíam o ensino fundamental incompleto. A maioria dos sujeitos (84,9%) tinham pensamento e juízo crítico preservado, ou seja, mantinham contato com a realidade circundante e conheciam as regras sociais para uma boa convivência e apenas (15,1%) dos AVS obtiveram diagnóstico de doenças mentais ou transtornos de personalidade.

Esses dados confirmam o resultado de outras pesquisas (Carvalho e Sousa, 2007; Esber, 2008) os quais apontam que, geralmente, as pessoas acusadas de abusarem de crianças e adolescentes não são “loucas” ou “más”, são imaturas, inconsequentes ou têm problemas relacionados à autoestima. Pois, a maioria já sofreu algum tipo violência (negligência, violência física, psicológica e/ou sexual). Estes dados indicam que a violência sexual é frequentemente praticada por pessoas “normais”, existindo um índice baixo de AVS com transtornos mentais.

Para Telles (2006), os AVS geralmente possuem problemas emocionais, psicológicos e relacionais que devem ser tratados. Segundo a autora, há grande discussão a cerca das condições econômicas e incidência de abuso sexual. No entanto, os dados apontam que a situação econômica não influencia os índices de violência, mas sim, ao modo de lidar com o fato. Geralmente, as famílias de classes mais abastadas não denunciam por medo de se expor à sociedade, já às famílias classes desprovidas de recursos financeiros denunciam mais, na busca de ajuda para resolver o problema.

Segundo Café (2004), quando ocorre a violência sexual, só a prisão do autor não é suficiente. O AVS precisa compreender o que fez, e ser responsabilizado, caso contrário, vai continuar a cometer violência sexual. Para a autora, só é possível romper com o ciclo da violência, se a responsabilização for sentida e reconhecida pelo AVS, pois ele deve apreender a respeitar o próximo e a vivenciar sua sexualidade de maneira saudável. E acrescenta que, em cada autor de violência sexual, existe algo não resolvido, que o faz buscar solução para seus conflitos emocionais e afetivos por meio do ato sexual com uma criança, algumas vezes, o próprio filho.

Jesus (2007) afirma que a punição e a ressocialização são os dois eixos da lei da execução penal brasileira e ressalta que a ressocialização tem recebido pouca atenção do poder público. O sistema penal deve resgatar os vínculos afetivos, familiares e sociais dos AVS, pois esses vínculos são bases sólidas para ressocialização e primordial no sentido de evitar reincidências.

Mesmo o AVS sendo objeto de vários estudos, não se pode enquadrá-los em um perfil, eles podem ser de qualquer idade, sexo, profissão, religião, nacionalidade, classe social ou nível intelectual. Dentre os AVS encontram-se pessoas sem formação escolar e também aquelas com pós-graduação no exterior, há pessoas sem nenhum credo religioso e também aquelas das mais variadas opções religiosas. Estes sujeitos devem ser estudados e entendidos em sua totalidade histórica, cultural e familiar, no intuito de romper com o ciclo da violência.

2.1 Os AVS atendidos pelo Proinvert

Os psicólogos do Proinvert, etapa 2011/2012, atenderam doze AVS que cumpriam pena na Penitenciária Odenir Guimarães (POG). Esses AVS foram convidados a participarem da pesquisa e teriam que indicar uma mulher significativa em sua vida para as entrevistas. Três tinham relacionamentos fora do presídio e indicaram suas esposas/companheiras, outros três, as mães, um, a irmã, outro a filha, e quatro não tinham vínculos familiares. Sendo assim, dos doze sujeitos restaram oito, que fizeram as indicações das mulheres para serem entrevistadas.

Os AVS que cumprem penas, geralmente pertencem a classes populares. Eles recorrem à assistência judiciária, por não terem condições de custear advogados e não poderem contar com a ajuda de familiares. Os AVS que contam com essa ajuda familiar são no básico, como higiene e alimentação.

Segue a descrição dos oito AVS atendidos pelo Projeto Invertendo a Rota (Proinvert) etapa 2011/2012, todos os nomes citados nesta dissertação são fictícios, no intuito de resguardar os sujeitos pesquisados.

2.1.1 Wendel, 48 anos é divorciado, 2 filhos, pedreiro com curso fundamental completo. Denúncia: 2 de dezembro de 2003. Prisão (entrada na POG): 28 de outubro de 2010). Vítimas: 2 meninas: a filha e a enteada que, na época, tinham quatro e seis anos respectivamente. Os abusos duraram aproximadamente cinco anos. Wendel foi criado

por parentes que moravam em Goiânia, sua família é do interior de Goiás, onde residiu até os doze anos. Na sua adolescência, mudou-se para a capital com intuito de estudar, porém, segundo sua prima/irmã de criação ele nunca gostou de estudar, gostava mais de trabalhar, como engraxate ou ajudante de borracheiro. Casou-se ainda jovem e viveu quatro anos com a primeira esposa aqui na capital, após o divórcio, voltou para o interior de Goiás, onde conseguia trabalho mais fácil. Depois de alguns meses, amasiou-se com uma colega de trabalho foi morar em sua residência. A companheira tinha 02 filhos do primeiro casamento. Acusação: Segundo relatos do processo, aos fins de semana quando os filhos iam visitar Wendel aconteciam os abusos, ele colocava os meninos em um quarto (seu filho e seu enteado) e dormia com as meninas (sua filha e sua enteada) em sua cama de casal. Consta que, nessas noites ele tirava a roupa das meninas e tocava suas partes íntimas, que algumas esfregava seu pênis em suas vaginas, o que acontecia quando a esposa não estava em casa, ela era enfermeira e trabalhava a noite. Ele negava o abuso, porém, em terapia com o grupo de psicólogos do Proinvert assumiu e pediu desculpas à filha e à enteada que hoje têm 18 e 20 anos. Wendel declarou não saber a razão de que fizera com a filha e a enteada. Para a pesquisa indicou Janete, 51 anos, casada, do lar (prima/irmã de criação de Wendel).

2.1.2 Rodrigo, 42 anos, viúvo, quatro filhos, funcionário público municipal. Possuía segundo grau completo. Denúncia: 30 de maio de 2000. Prisão (entrada na POG): 23 de setembro de 2010). Vítima: uma menina, sua filha, na época com nove anos. Acusação: molestar sexualmente sua filha, segundo inquérito o abuso não se prolongou. Rodrigo argumenta que queria explicar a filha o que fazia com a mãe, pois é em casa que se aprende. Diferente da maioria dos AVS Rodrigo confirma o abuso, mas segundo ele nunca machucou a filha, e sim, queria ensiná-la. Na época dos abusos era pastor evangélico e após a filha contar o ocorrido a família enfrentou várias dificuldades, e da denúncia à prisão se passaram dez anos. Neste período permaneceram convivendo na mesma casa, todos vizinhos e frequentadores da igreja ficaram sabendo, segundo ele foi uma época muito dura. Sua prisão ocorreu em 2010, na mesma ocasião sua esposa sofreu infarto fulminante e veio a falecer, com isso os filhos ficaram sozinhos, sem renda alguma, enfrentando sérias dificuldades para se sustentarem. Sua filha Isabela, que sofrera o abuso, após a prisão do pai, e da morte da mãe, foi quem assumiu os cuidados dos irmãos. Roberto não tem contato com a família, mas indicou Isabela 20 anos, solteira do lar, sua filha, vítima do abuso.

2.1.3 Júnior, 46 anos, amasiado, não tem filhos, é operador de máquinas, possuía ensino fundamental completo. Denúncia: 6 de outubro de 1998. Prisão: (entrada na POG) em 11 de maio de 1999). Vítimas: duas meninas uma de onze, e outra de doze anos. Acusação: Júnior é acusado de abusar sexualmente de duas vizinhas, segundo dados do processo as crianças eram levadas para sua casa por sua esposa, que se encontra foragida. Ela convidava as meninas para dormirem em sua casa, alegando que o marido estava viajando e que iria pagar pela companhia. A esposa sabia dos abusos e, de acordo com uma das meninas, também participava. Júnior nega as acusações. Conforme seu depoimento ele disse que estava viajando e, como voltou antes, as meninas ficaram assustadas e pensando que a esposa não pagaria pela companhia, e assim, inventaram essa história de abuso. Ele indicou sua atual companheira Vitória, 40 anos, solteira, vendedora, segundo ele sua esposa. Porém, em entrevista ela nega qualquer laço com o AVS. Ela diz ser uma amiga, que o a companhia porque está cumprindo um “*plano divino*” já que é evangélica e conheceu Junior na POG, quando ele começou a frequentar os cultos evangélicos promovidos pela igreja que Vitória frequenta.

2.1.4 Alexandre, 31 anos, casado, uma filha, autônomo, vendedor de carros e motos. Estudante de Administração curso superior incompleto. Denúncia: 2008. Prisão (entrada na POG) em 28 de outubro de 2010). Vítimas: duas meninas, a filha e a enteada com dez e quatorze anos respectivamente. Acusação: A denúncia inicial foi tráfico de drogas, e receptação de veículos roubados, mas, depois da sua prisão, sua esposa denunciou que a filha e a enteada contaram que à tarde, que quando chegavam da escola Alexandre sempre estava em casa assistindo filmes pornográficos, e as deixava assistir e que durante o filme ele, às vezes, ficava com as mãos dentro da calça. No processo a mãe das meninas disse que Alexandre convidava e obrigava as filhas a assistirem esses filmes e ficava se masturbando no sofá, na frente das meninas. Segundo Alexandre sua ex esposa estava querendo se vingar e inventou essa história de abuso depois que soube da traição, pois após a prisão, ele começou a namorar a irmã do seu colega de cela. Alexandre ficou três anos e oito meses na Casa de Prisão Provisória (CPP), e 6 meses na POG, ele tinha indicado sua mãe Margarida – 51 anos, casada, professora, para as entrevistas, porém antes da entrevista foi assassinado com um tiro na cabeça em circunstâncias ainda não esclarecidas.

2.1.5 João, 41 anos, separado, 2 filhos, lavrador industrial, possui o segundo grau completo. Denúncia: 17 de novembro de 2003. Prisão (entrada na POG): 23 de junho de 2008. Vítimas: um menino quatro anos, seu enteado, que foi registrado como filho. Acusação: Segundo a ex esposa, João abusava do enteado, nas visitas quinzenais em que ele e o irmão iam para a casa do acusado. Depois do divórcio João arrumou outra mulher que engravidou de uma menina, de acordo com ele sempre foi o seu sonho, porém, depois que a ex esposa soube da gravidez da atual, fez a denúncia, por vingança. A criança nega o fato, e nos exames de corpo delicto nada foi encontrado. João foi preso por tráfico de drogas, e só depois da prisão ficou sabendo do processo de denúncia de abuso que a ex-mulher movia contra ele. As psicólogas do Proinvert diferente do que acontece com os outros AVS, acreditam que João realmente não abusou da criança. Ele indicou sua Mãe, que é quem o assiste na POG, Maria, 65 anos, viúva, cinco filhos, aposentada.

2.1.6 Daniel, 32 anos, amasiado, servente de pedreiro. Denúncia: 28 de agosto de 2003. Prisão (entrada na POG): 21 de outubro de 2010. Vítima: Uma menina de 9 anos. Acusado de molestar sexualmente a sobrinha de sua companheira, que morava no mesmo lote que eles. A situação de abuso foi prolongada durante o tempo em que eles moravam no mesmo lote, aproximadamente um ano. Daniel, como os outros AVS negou o crime. As psicólogas do Proinvert investigam um aparente transtorno de personalidade. Daniel tem histórico de algumas internações em clínicas psiquiátricas. Segundo ele, não possui família e desde a adolescência sempre morou com mulheres. Indicou sua esposa Gabriela, 28 anos, solteira, sem filhos, operadora de caixa, ensino médio completo.

2.1.7 José, 65 anos, cinco filhos, casado, técnico em segurança. Denúncia: 2008. Prisão (entrada na POG): 2011. Vítima: uma menina de oito anos. Acusação: Molestar sexualmente a neta. O abuso não foi prolongado, e ele negou sua ocorrência, diz que a neta confundiu o carinho, já que ele sempre gostou muito de crianças e gosta de brincar. Depois da prisão tornou-se depressivo e está fazendo uso de vários medicamentos. Nas sessões com as psicólogas do Proinvert, informa que sofre muito na POG, sua esposa apresentou também muitas alterações emocionais e esta fazendo uso de medicamento para pânico. Durante os atendimentos José demonstrou muita tristeza, pois estava sem

receber visitas há dias, seus filhos não querem vê-lo e sua esposa está sem condições de saúde, diz que só de pensar nas visitas a POG passa mal. Como os dois são idosos e passaram boa parte de suas vidas juntos, a separação da esposa é um agravante na situação emocional do AVS. Também se refere à neta com muito carinho e diz que a criança não tem culpa, que sua filha (a mãe da criança) foi quem inventou essa história, pois ficou muito tempo fora do país e não tinha desculpas para tirar a neta da casa deles, onde a menina foi criada desde o nascimento, por isso teria inventado a situação de abuso. Indicou a esposa Vera, 60 anos, casada, 04 filhos, do lar.

2.1.8 Paulo, 45 anos, dois filhos, casado, técnico em informática. Denúncia: foi preso em 2009. Vítimas: quatro meninos de onze e quatorze anos. Acusação: abusar sexualmente dos garotos, que frequentavam sua escola de informática e *lan house*. A denúncia foi feita pelos garotos, mas no processo consta que ele é “velho conhecido” no bairro por trocar favores sexuais por horas na Internet e/ou por dinheiro. Ele negou o abuso e informou que os meninos querem se vingar, pois ele os ameaçou, dizendo que contaria aos pais que eles estavam assistindo conteúdos pornográficos, e que também estavam devendo uma grande quantia em dinheiro. Paulo indicou a esposa Clara, ficou temeroso de ela não querer participar, segundo ele a esposa mudou muito depois da denúncia. Ela oscila entre a inocência e a culpa do marido, mas disse que não conseguiria abandoná-lo. Clara tinha 43 anos, casada, dois filhos, autônoma, ensino fundamental.

As idades dos oito AVS que indicaram as mulheres variaram entre 24 e 65 anos. A maioria (80%) eram casados, com baixa escolaridade, apenas (8%), ou seja, 1 dos AVS tinham iniciado o ensino superior, (80%) afirmam que concluíram o ensino fundamental (12%) concluíram o ensino médio. A maioria dos AVS (70%) era de trabalhadores de reparação e manutenção da produção de bens e serviços industriais, ou seja, trabalhavam em serviços braçais.

Café e Nascimento (2012) realizaram atendimento psicoterapêutico com esses AVS, nesses atendimentos utilizando o método terapêutico do psicodrama (Moreno, 1974), os atendimentos eram individuais e ocorriam na Penitenciária Odenir Guimarães. No intuito de construir novas possibilidades, fez-se necessário lidar com os estereótipos de monstro, tarado, pervertido e trabalhar com as verdades da fala desses AVS, sempre focando no ser humano, o objetivo do trabalho terapêutico.

Em análise dos atendimentos os terapeutas do Proinvert pontuaram os diferentes fatores que podem levar os indivíduos a praticarem violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre estes, a pedofilia (Transtorno Sexual) e a personalidade antissocial (Transtorno de Personalidade). Contudo, indivíduos com esse tipo de diagnóstico não aceitam participar da terapia, devido as suas dificuldades de estabelecer vínculos.

Outro fator que pode levar indivíduos a praticarem violência sexual contra crianças e adolescentes, está relacionados à questão de poder e à imaturidade, ambos arrolados à baixa autoestima. Problemas na área da sexualidade, e dificuldades no controle dos impulsos, também contribuem para a preferência sexual de indivíduos adultos por crianças e/ou adolescentes.

Café (2004), Café e Nascimento (2012) ressaltam que independentemente da motivação, é importante que no processo psicoterapêutico o AVS se torne consciente de seu modo de agir e de existir no mundo. Eles devem assumir suas responsabilidades diante dos atos praticados, e serem capazes de sonhar uma vida diferente, de traçar planos em outra direção, longe do abuso sexual.

No próximo tópico serão apresentadas as mulheres indicadas por esses AVS, um pouco de suas histórias e sua importância na vida desses AVS.

2.2 AS MULHERES INDICADAS PELOS AVS

As oito mulheres entrevistadas (duas mães, quatro esposas, uma irmã e uma filha) foram indicadas pelos AVS como pessoas significativas em suas vidas. Talvez por ser quem os assista em suas necessidades dentro da penitenciária e também por permanecerem vinculadas a eles. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em dezesseis encontros, dois com cada uma das mulheres.

As idades dessas mulheres variavam de 20 a 65 anos. Seis das oito entrevistadas tinham filhos, cinco eram casadas e/ou tinham união estável. Somente uma tinha curso superior completo, o restante não terminou o ensino médio. Três disseram que trabalhavam fora e em casa, e cinco no lar.

2.2.1 Janete, 51 anos, casada, dois filhos, do lar, prima/irmã do Wendel (AVS 1). Janete apresentou-se aberta para os atendimentos familiares propostos pela equipe do Proinvert e aceitou, sem nenhuma resistência participar da pesquisa. A entrevista foi realizada em sua residência, na qual acabara de acontecer o atendimento à família de Wendel. Os

sobrinhos e a ex-mulher do AVS estavam hospedados em sua casa. De acordo com ela, tem uma relação muito boa com todos os membros de sua família. Declara-se uma verdadeira “Amélia” se referindo-se à música (*Ai que saudades da Amélia, de Mario Lago*). Mostrou-se um pouco abalada, pois sua mãe tinha falecido havia pouco mais de um mês com 94 anos de idade. Janete contou que cuidara de sua mãe até os últimos dias, e, apesar das saudades, sente que cumpriu sua missão. Define-se como companheira do marido e da família.

3.1.2 Isabela, 20 anos, solteira, sem filhos, do lar, filha do Rodrigo (AVS 2). Foi a vítima do abuso que levou o pai à prisão. Isabela diz não visitar o pai no presídio porque cuida de um casal de idosos, e por isso não dispõe de tempo. Informou que depois da morte de sua mãe, adotou os irmãos como filhos e trabalha muito para sustentá-los. Demonstrou muita tristeza ao falar da situação do abuso. Disse que tinha uma família perfeita, que morava no fundo da igreja e que sempre foram respeitados pelos vizinhos. O abuso ocorria há algum tempo, mas só aos dez anos de idade teve coragem de revelar, ela contou para sua mãe e para uma irmã da igreja o que estava acontecendo, juntas fizeram a denúncia na delegacia, porém, demorou muito para julgar o processo e durante quase dez anos continuaram morando na mesma casa com o pai. Conta que após a denúncia a relação não ficou boa, seu pai se tornou agressivo e autoritário com a esposa e os filhos. Em 2010 quando saiu enfim o julgamento, seu pai foi condenado e preso, sua mãe que sofria de problemas cardíacos sofreu infarto, e veio a falecer. Os quatro filhos do casal ficaram sozinhos, e Isabella como era a mais velha assumiu a casa e os irmãos. Nessa época informa que foi trabalhar com um casal de idosos e é com esse dinheiro que sustenta os irmãos. A família está em atendimento com o Proinvert, a irmã caçula de 14 anos está grávida, e o pai da criança seu primo, atualmente reside na mesma casa com os irmãos de Isabella. Em atendimento com o grupo do Proinvert constatou-se que é uma família com muitos problemas financeiros e emocionais, não só com o fato de o pai ser um AVS e estar preso, mas pela falta de estrutura afetiva e organizacional. Segundo os irmãos, as brigas entre eles são constantes e algumas muito sérias, um dos irmãos já agrediu o outro com uma faca.

3.1.3 Vitória, 40 anos, solteira, um filho, vendedora, amiga/namorada do Júnior (AVS 3) Vitória foi indicada pelo AVS como sua esposa, mas, em contato telefônico ela negou ter algum relacionamento amoroso ou afetivo com o AVS. Segundo ela, ao

auxiliar o AVS, estava cumprindo um “plano divino”. Ela era auxiliar na igreja evangélica que funciona dentro da POG, e foi nesta igreja que o conheceu. Agendou a entrevista duas vezes e não compareceu, quando já havíamos desistido de entrevistá-la ela abordou o grupo que estava saindo do cartório da penitenciária, pediu ajuda para entregar alguns mantimentos para o AVS, pois tinha chegado atrasada e não conseguiu entregar. Foi neste dia então que se realizou a entrevista. Vitória é a caçula de uma prole de três filhos. Foi mãe solteira aos 30 anos, porém, nunca cuidou do filho que mora com os avós. Tímida e sempre calada, com respostas curtas e simples, todas com um fundo religioso não deixou o grupo aproximar de sua intimidade.

3.1.4 Margarida, 51 anos, casada, quatro filhos, professora, mãe do Alexandre (AVS 4) Margarida e a família iriam ser atendidos pelo Proinvert, mas seu filho foi morto no interior da POG, o que impossibilitou os atendimentos. Porém, mesmo depois que o filho foi morto ela se propôs a realizar a entrevista para esta pesquisa. Margarida, sempre muito falante e atenciosa foi logo falando sobre a conduta do filho que foi preso por tráfico de drogas e que só após a prisão a ex-nora fez a denúncia de que Alexandre obrigava a filha e a enteada a assistir filmes pornográficos com ele. Segundo Margarida o filho realmente assistia aos filmes, mas ela não aceita a ideia de que ele obrigava a filha e a enteada a assistirem. Para ela as meninas podem até ter assistido aos filmes por displicência de Alexandre, que segundo ela sempre gostou muito dessas “porcarias”. Mas, não acredita que o filho usaria as meninas para algum tipo de satisfação sexual. Margarida traz uma história de vida marcada de lutas e adversidades enfrentadas, é a primogênita de uma prole de cinco filhos e sempre ajudou a cuidar e sustentar os irmãos. Casou-se grávida e o marido nunca assumiu as responsabilidades da família. Segundo ela sempre foi mulherengo e nunca a respeitou, e nem aos filhos. Para Margarida a postura do marido influenciou muito na conduta dos filhos, pois eles foram pelos mesmos caminhos, de festas, orgias, drogas e muito álcool. Sofre muito com a morte do filho, mas diz não ter tempo de ficar sofrendo. *“Tem outras pessoas que dependem de mim, tenho que trabalhar”*.

3.1.5 Maria, 65 anos, viúva, cinco filhos, aposentada, mãe do João (AVS 5).

Uma senhora muito simples, nos recebeu em sua residência, pois alegava não ter condições financeiras, nem saúde para sair de casa. Disse que se casara muito cedo, com quatorze anos, e desde o casamento não teve mais contato com os pais, pois eles ficaram

na Bahia e ela veio para o interior de Goiás. Muito atenciosa e preocupada com a situação do filho, pediu ajuda durante toda a entrevista. Afirmo não acreditar que o filho abusou do neto (pois considera o menino como neto, mesmo não sendo filho do seu filho). Contou que João gostava muito de criança, tanto é que depois que a filha dele nasceu, largou todas essas coisas erradas que ele mexia (referindo-se a drogas). Relatam ainda que o filho fora acusado injustamente, porque a nora ficou com raiva dele “ele arrumou outra e ia ter uma menina, o sonho da vida dele” e a ex-mulher ficou com muita raiva porque ele não estava pagando pensão porque a nova esposa ficou muito “doentinha” quando grávida, e o dinheiro não estava sendo suficiente para sustentar as duas famílias. Declarou preferir mesmo que o marido tivesse morrido, pois ele não aguentaria viver com tanta desgraça na família. Disse ser muito trabalhadeira e cuidadosa, porém, depois da morte do marido, não tinha mais ânimo para trabalhar como antes, e enfrenta dificuldades até para visitar o filho na prisão.

3.1.6 Gabriela, 28 anos, solteira, sem filhos, operadora de caixa, esposa do Daniel (AVS 6). Gabriela era tímida e pouco falante. Disse ser solteira, mas viveu maritalmente com Daniel. Falou que sempre foi tímida. Conta que conheceu Daniel na escola, ele era vendedor de picolé e ajudava uma senhora que vendia salgados. Informou que ficou sabendo depois, que ele namorava essa senhora. Depois de um “tempinho” de namoro, ela e Daniel foram morar juntos no lote dos pais. Gabriela é a caçula de uma prole de três filhos. Seus irmãos também moram no mesmo lote, que ela e os pais. Disse não acreditar que o marido fez mal à sobrinha, que não se dá bem com a família e que isso é fofoca das cunhadas para atrapalhar sua vida com o marido. Demonstrou muita tristeza ao falar do pai, que a mandou escolher entre a família e o marido. Ela expos que, apesar dos medicamentos psiquiátricos que o marido faz uso ele é muito bom, que ela não conseguiria viver sem ele, por isso nunca vai abandoná-lo, mesmo tento que visitá-lo na prisão.

3.1.7 Vera, 60 anos, casada, quatro filhos, do lar, esposa do José (AVS 7).

Vera era a filha mais velha de uma prole de quatro. Disse que sempre ajudou seus pais e os irmãos, recebeu o grupo do Proinvert em sua casa com um caprichado café da manhã, disse que adora receber visitas e que depois da prisão do marido se sente muito sozinha. Eles vivem juntos há 45 anos, conta que como seus pais também tivera quatro

filhos, porém não conseguiu dar boa educação para eles, pois sua filha caçula a decepciona muito, que foi mãe solteira, depois quis sair de casa e morar no exterior abandonando a filha com eles. Segundo ela, sempre cuidou da neta, e o marido é boa pessoa, disse não acreditar que ele fez essas coisas com a neta. Para Vera a acusação é uma desculpa que a filha arrumou para tirar a neta da convivência dos avós, já que agora ela casou com um “*português*” que tem dinheiro e eles não têm filhos. Conta que recentemente foi diagnosticada com síndrome do pânico, que não conseguiu ficar sozinha em casa, e até passa mal ao pensar em ir POG visitar o marido. Informa que mesmo com pouco dinheiro, atualmente está pagando uma vizinha para acompanhá-la ao médico e ao presídio. Vera diz que os outros filhos estão do lado da irmã porque agora ela tem dinheiro, e queriam que ela separasse de José, situação que nunca passou por sua cabeça.

3.1.8 Clara, 43 anos, casada, dois filhos, autônoma, esposa do Paulo (AVS 8).

Clara apresentou-se muito preocupada com a situação do marido, falou pouco, se nega a dar detalhes sobre sua família de origem. Conta que ninguém sabe o que aconteceu, que seus familiares pensam que Paulo está viajando, informa que nem mesmo os filhos também não sabem que o pai está preso. Disse que acredita no marido, que atualmente os adolescentes não são confiáveis e que inventam história para conseguir dinheiro. Informa que marido é muito bom para os meninos do bairro, sempre ajudava muito, por isso eles estão abusando da sua bondade. Apesar de acreditar na inocência do marido algumas vezes, sua fala oscilava entre a inocência e a culpa o marido, mas mesmo nos momentos de dúvida disse que não vai abandoná-lo.

CAPITULO III OS SENTIDOS DE SER MULHER, DE FAMÍLIA, DE VIOLÊNCIA E DE VIOLÊNCIA SEXUAL PARA MULHERES AFETIVAMENTE ENVOLVIDAS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Ao pesquisar a subjetividade dessas mulheres, objetivou-se retirar a violência dos segredos familiares e compreender seu contexto. Ao ouvir essas mulheres buscou-se também apreender sua história de vida, seu lugar, suas formas de ação, seus pensamentos, seu silêncio, suas mudanças, suas falas eram fontes repletas de sentidos.

A análise dessas falas apresenta os sentidos internalizados de gênero, de família, de educação e de família, todas construídas por meio das suas relações sociais, culturais e históricas.

- **Análise dos sentidos**

- Os sentidos de ser mulher

Ao serem questionadas sobre o que é ser mulher, seis das oito mulheres entrevistadas citaram a maternidade como uma característica feminina. Apreendeu-se que, mesmo as que não eram mães, em suas falas referiam-se aos cuidados e responsabilidades com os filhos e com a família:

- Eu gosto de ser mulher, de ser mãe, de cuidar da casa, de cuidar da família. Eu gosto de tudo que uma mulher tem que fazer. Ser mãe é a missão mais importante que Deus deu para nós, temos a responsabilidade de cuidar do mundo para que seja mais doce, mais feliz... A felicidade da família depende muito da mulher (Janete).

- Quero ter muitos filhos, aliás quatro igual minha mãe, ser mulher é bom, porque a gente pode ter filhos, construir uma família e não ficar sozinho (Isabela) .

Para Rosa, ser mulher está intimamente ligado à maternidade, pois, nessa função ela se realiza, se reconhece, se gratifica, ou seja, encontra prazer:

-Ah... ser mulher é muito bom, podemos ter filhos, os melhores presentes que Deus nos deu, temos que ter muita responsabilidade, mas os filhos e os netos são as melhores coisas da vida da gente, é quando a gente olha e vê que tudo valeu a pena (Rosa).

Além da maternidade, o cuidado com a família e o gosto pelas tarefas domésticas são características denominadas femininas. Tais características são passadas de mãe para filha, ou seja, transmitidas culturalmente, como afirmou uma entrevistada.

- Eu gosto de ser mulher, de ser mãe, de cuidar da casa, de cozinhar, aprendi desde pequeninha com minha mãe, que aprendeu com minha avó. Eram ótimas cozinheiras, aliás, mulher tem que saber cozinhar. Meus filhos e meus netos adoram minha comida, cozinhar pra eles é a melhor coisa da minha vida (Maria).

Outro sentido atribuído ao ser mulher foi à responsabilidade pelo bem estar dos filhos e da família. Para Vitória a mulher que consegue cumprir essa “missão”, se realizaria como pessoa, e só assim teria o direito à felicidade completa, pois estaria cumprindo então o plano Divino.

- Deus tem um plano especial para a vida de cada mulher, nos somos pessoas especiais capazes de gerir a vida, temos que ser sábias entender o plano de Deus. Jesus disse quem se envergonhar de mim eu me envergonharei dele... Por isso Jesus está para mim em primeiro lugar (Vitória).

A pesquisadora enfatizou então: E em segundo? Obteve como resposta:

- Meu filho, e as pessoas que tenho que resgatar para Jesus (Vitória).

A pesquisadora perguntou se Júnior (AVS que ela conhecera na penitenciária, e com quem teve um relacionamento) era uma dessas pessoas. Vitória confirmou:

- Sim, ele é (Vitória).

Margarida declarou que a mulher se realiza na função materna. Entretanto, sua fala apresenta algumas contradições, pois, ao mesmo tempo em que se dizia realizada, queixava-se das responsabilidades, e que, para aceitar tais funções, a pessoa têm que

crer em algo superior às coisas terrenas, ou seja, Margarida relaciona suas funções a recompensas que ainda virão, e as atribui ao sagrado. Entretanto, lamentou o excesso de responsabilidades e obrigações que a maternidade traz.

Ao ser questionada sobre o que mais gostava por ser mulher, Margarida disse:

- Eu gosto da maternidade, é uma benção que Deus deu para as mulheres, temos o poder de gerar outra vida, mas sofremos muito por essa escolha (Margarida).

Em relação ao que menos gostava de sua condição feminina, ela respondeu:

- Hahhh... Eu não gosto das obrigações, ser mãe cansa muito, temos obrigações com os filhos, com os netos. Deus deu essa cruz e temos que ter forças para carregar, mas ele nos dá forças e nos recompensará pela perseverança (Margarida).

Oliveira (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada *Vida de Mulher*, pesquisou cinco mulheres chefes de família residentes em comunidades carentes do Distrito Federal. Quatro das cinco mulheres eram mães solteiras, e conferiu à maternidade o sentido de luta, sobrecarga de trabalho e cansaço. A autora em sua análise, destacou o excesso de trabalho e a violência como um dos principais fatores de risco para a saúde mental dessas mulheres. E dentre os fatores de proteção para a saúde física e mental, a autora destacou o apoio familiar, e a espiritualidade, ou seja, a fé no sagrado.

Para as mulheres pesquisadas por Oliveira (2007), a pobreza interfere muito em sua saúde física e mental, e, sobretudo no seu estado de humor. Elas apontaram o abuso de álcool e drogas como um dos fatores primordiais para a ocorrência dos fenômenos de violência intrafamiliar, e um dos principais motivos das separações conjugais.

A fala de Margarida corrobora com as narrativas das mulheres pesquisadas por Oliveira (2007), pois, para ela, o abuso de álcool e outras drogas dificultavam os relacionamentos com seus maridos e familiares. Em decorrência dessa situação margarida declarou:

-Tem dias que fico muito cansada... Toda minha vida foi cuidando dos outros, meu pai e meus irmãos eram muito

difíceis, eram alcoólatras, e agora passo pelas mesmas coisas com o “traste” e com meus filhos (Margarida).

A pesquisadora indagou a quem ela responsabilizava em ter que assumir tantas funções. Margarida respondeu:

- A família, a vida, o mundo!!! Nós mulheres, temos que viver de aparências, temos que transparecer paz, simpatia e alegria para as pessoas e, muitas vezes, estamos o destruídas por dentro, com o psicológico abalado, temos que dar forças para as pessoas que necessitam da gente. Sempre foi assim... e acho sempre será (Margarida).

Segundo Izimuno (1998), o que define o ser mulher ou homem está fora do corpo físico, e se encontra na esfera do simbólico na produção cultural, de cada sociedade. A questão de gênero, além de ser socialmente construída, está em constante mudança. Margarida declarou aceitar tais atribuições porque internalizou tais obrigações como suas.

Para Margarida, Isabela e Clara, as mulheres recebem uma educação diferenciada dos homens. A mulher recebe uma educação voltada para a aceitação e submissão, com isso não aprende a se defender. Já o homem é educado para realizar suas vontades, para mandar, para expressar sua raiva em nome da masculinidade, e por isso algumas vezes, tornam-se até agressivos. Os depoimentos que se seguem são esclarecedores.

- Sou uma mulher cristã... Fui educada dentro da igreja, aprendi a obedecer à palavra. Algumas vezes eu queria brigar, falar, mas não posso fazer isso, sou exemplo pros meus filhos. No caso do meu marido, tive que aceita-lo de volta, não podia deixa-lo na rua, tive que engolir meu orgulho e aceita-lo, mesmo depois de ele me colocar doença de rua e quase me matou de pancada. Tive que aceita-lo porque uma família completa é mais fácil de dar educação para os filhos, principalmente para as meninas (Margarida).

- Na minha casa fomos educadas para obedecer, os meninos eram tratados diferentes, ele podiam tudo, a gente não podia nada (Isabela).

- Minha mãe sempre falou que temos que obedecer aos irmãos mais velhos, o pai, e o marido aí, eu não sei o que fazer (Clara).

Janete, Vitória, Gabriela e Clara compartilham a mesma forma de pensar. Para elas, a educação é transmitida em família, e se torna a principal função da mulher/mãe.

-Tem mães que acham que a escola tem que educar os filhos. Mas quem educa é mãe é a família (Janete).

-Esses meninos estão ficando mal educados porque as mães de hoje não conseguem dar boa educação, só querem saber de trabalhar, comprar carro, roupa nova, estudar e não fazem sua obrigação principal, que é educar os filhos (Vitória).

-As meninas de hoje não tem educação, estão piores que o meninos... Minha mãe foi boa mãe! Na minha época se saísse da linha ela batia mesmo (Gabriela).

-Fico com raiva dessas mães que deixam os meninos na rua, aí acontece coisa ruim [se referindo ao abuso]. Aí as policia acabam prendendo os outros, tem que prender é elas (Clara).

Em relação à estrutura familiar e às funções que exerciam sem seus lares, três das oito entrevistadas disseram que trabalhavam fora e em casa, e as outras cinco que não trabalhavam fora, disseram que não trabalhavam, “*só em casa*”, como se elas próprias não valorizassem o serviço doméstico.

Clara contou que cumpria com as obrigações que julgava serem da mulher, e se justificou por não estar trabalhando fora, como se o trabalho doméstico não contasse como ajuda, como colaboração familiar:

- Eu cuido da casa, dos meus filhos, do meu marido, das roupas, não estou trabalhando fora porque agora que ele foi preso preciso ficar na *lan House*, mas eu sempre trabalhei fora para ajudar, só agora que estou parada. (Clara)

Maria relatou que já teve tripla jornada de trabalho, pois trabalhava dois períodos e ainda cuidava da casa e dos filhos. Pensava que, depois que os filhos

acrescessem, e ela se aposentasse, teria uma vida mais tranquila, sossegada. No entanto, disse que reconhece que, para a mulher aposentadoria tem um sentido diferente.

- Eu já trabalhei doze horas por dia, e, à noite, ainda cuidava dos afazeres da casa, fazia comida, ensinava tarefa para os filhos. Pensei que quando me aposentasse, iria descansar, mas vida de mulher não tem descanso não, filho criado, trabalho dobrado. Acho que só vou descansar quando morrer (Maria).

Gabriela incorporou em sua vida os “multi trabalhos femininos”, e considerou normal uma mulher cuidar da casa, da família, dos filhos e ainda trabalhar fora para auxiliar o sustento do lar. Mesmo com tantas atribuições, algumas vezes, ela é reconhecida com frágil, o que a incomodava muito:

- Sou uma mulher normal, minha vida é trabalhar, é cuidar da casa. Eu gosto de ser mulher, só não gosto de as pessoas acharem que mandam na minha vida. Cuidava do meu filho direitinho, mas meu pai e minha mãe viviam dando palpites, aí entreguei pra eles. Eles achavam que eu não cuidava direito. Às vezes, acho que querem mandar na minha vida só porque sou mulher, eles não intrometem tanto na vida dos meus irmãos (Gabriela).

Todas as entrevistadas apresentaram sofrimentos guardados, silenciados por uma cultura que não dá voz as mulheres, e, mesmo as que podem falar não conseguem expor com clareza seu descontentamento, às vezes por medo, outras, por falta de oportunidade. A invisibilidade do sofrimento, do descontentamento feminino é tão grande, que às vezes nem elas mesmas percebiam, ou se permitiam dizer que não gostavam da situação em que viviam, que estavam cansadas ou descontentes com determinadas situações.

Maria relatou a falta de pagamento e até mesmo de reconhecimento pelos trabalhos prestados.

- Ser mulher não é muito bom não, a gente tem que aguentar cada coisa. Eu trabalho desde os nove anos, cozinhando pra peão. Depois que viemos para Goiânia, eu fui trabalhar em casa de família e, até hoje, nunca parei.

Mulher trabalha demais, tem que cuidar da casa, do marido, dos filhos, dos netos. Tem dias que fico cansada tentando apartar brigas deles, eu tenho que resolver as coisas do meu marido que agora está preso. Ainda bem que meu filho arrumou pra eu receber esse salário de pessoa presa [auxílio reclusão] se não, nem sei como eu ia viver [choro]. Mulher trabalha demais, mas não ganha dinheiro, alias não ganha nada em troca (Maria).

Algumas dessas mulheres vivenciavam a experiência de cuidar, de educar seus filhos, sobrinhos, netos e algumas até dos irmãos, e poucas se queixam dessa responsabilidade. Elas se entregavam ao “destino dos sexos”, em que essa incumbência é dada a mulheres constantemente sobrecarregadas, maltratadas, humilhadas e até espancadas. Contudo, continuavam vivendo em situação de violência em nome “da honra”, “da moral”, “da fé”, e algumas nem sabiam o motivo. Disseram que silenciam essas situações de violência em nome da “união familiar”, assumindo assim, uma posição de submissão e de concordância. Alguns autores como Chauí (1985) e Gregori (1993) diriam que se trata de cumplicidade com a violência.

- Sentidos de família

Para seis das oito mulheres entrevistadas, a família é uma instituição social de apoio, colaboração e ajuda entre seus membros. Para algumas delas, é também o núcleo em que o indivíduo se forma. Segundo elas, o cuidado com a instituição familiar é uma responsabilidade feminina, Maria e Isabela descreveram este cuidado como prazeroso, como uma demonstração de amor; para Margarida, no entanto era um sacrifício.

-Sou mãe, sempre cuidei da minha família, passei dificuldades, mas nunca dei nenhum dos meu filhos. Foram criados com sacrifício, mas ficaram comigo, até quando eu dei conta de sustentá-los (Maria).

-Quando meu pai foi preso, e minha mãe morreu, eu tive que cuidar dos meus irmãos já que eu era a mais velha. Cuido deles com muito amor (Isabela).

- Família sobrecarrega muito, cansa a gente. A minha me dá muito trabalho (Margarida).

Para Janete, constituía uma satisfação repetir os valores familiares com os quais fora criada. Segundo ela, a família é o núcleo em que se aprende a cuidar uns dos outros, é o lugar onde se busca apoio para as necessidades da vida:

- Eu sou a voluntária da família, minha casa vive cheia. Quando vem alguém para tratamento médico, quando vem visitar o Wendel [AVS 1], ficam sempre na minha casa. Eu amo minha família. Minha casa parece casa de apoio, assim como era na casa dos meus pais (Janete).

Margarida, como Janete, também disse repetir os padrões familiares. Contudo, para ela, os cuidados dispensados a família eram uma obrigação, não um prazer:

- Sempre ajudei meus pais a cuidar dos meus irmãos. Tive que cuidar da família inteira, pois meus irmãos começaram a beber e fazer coisa errada. Casei com o “traste”, que bebia e me batia, eu tinha que segurar a barra porque meus filhos eram pequenos. Quando eles cresceram foram no caminho do pai, bebendo e fazendo coisa errada. Quando meu telefone toca, penso: Quem fez ‘merda dessa fez’? Família é muito difícil (Margarida).

Família é o espaço social em que gerações se defrontam mútua e diretamente, e nesse núcleo, a experiência de uns é passada para outros, e, assim, algumas ações repetem-se e se naturalizam. No interior das famílias, há divisões de papéis, que são naturais para seus membros.

Rocha (2010) pesquisou os olhares maternos em relação às medidas socioeducativas de privação de liberdade, em Goiás. Nesse contexto, a pesquisadora apreendeu que as histórias familiares muitas vezes se repetiam. Entretanto, os sentidos relacionados às queixas e atribuídos à prisão desses sujeitos variavam de acordo com o contexto de suas famílias. Também os sentidos e significados de família, e a internalização dos papéis sociais e de gênero atribuídos a cada um de seus membros acabavam por delimitar e legitimar algumas características como masculinas e femininas.

Para Azevedo (1985), com essa divisão de papéis, para a mulher restou o lugar de submissão, de cuidado, de passividade e de subordinação. E, para o homem foram destinados o controle das relações, o poder sobre os membros da família, e consequentemente, com o poder e a autoridade, aparece a agressividade.

Na vida das mulheres pesquisadas, várias histórias repetiam-se, e, assim, as regras familiares passavam a ditar um comportamento a ser seguido por seus membros. Para Clara, por exemplo, o casamento deixou de ser uma relação amorosa, e se tornou uma negociação com o parceiro, segundo ela, na tentativa de manter a união familiar. No entanto, apreendemos em sua fala que a questão cultural era bem mais forte que a financeira:

- Eu não vou me separar por causa dessas histórias [o marido é acusado de abusar sexualmente de adolescentes do bairro onde moravam]. Na minha família, ninguém nunca separou, eu não vou ser a separada da família. Onde eu vou morar? Eu ajudei a construir nossa casa, a conquistar tudo que temos e agora não vou jogar fora. Eu não contei pra ninguém o que aconteceu, tenho que obedecer meu marido (Clara).

Cada uma dessas mulheres tem em suas famílias os “suportes” que julgam necessário para viverem bem. Algumas demonstram estranheza quando os outros membros da família não aceitavam ou não seguem com as regras familiares. Janete disse não entender quando seus primos e irmãos criticam o AVS, pois para ela, é função da família entender, aceitar e acolher todos seus os membros, mesmo os que fazem coisas erradas.

- Às vezes, algumas pessoas viram as costas umas, para as outras, e o pior que são da mesma família. Por isso que as coisas estão desse jeito, a gente não pode contar com a própria família (Janete).

As famílias foram apontadas por sete das oito mulheres entrevistadas como um lugar de confiança, de união, de ajuda, de apoio e segurança. Contudo, pelos relatos, percebe-se que podem ser também um espaço de diferenças, desencontros e desavenças.

Segundo Rosa, sua família era unida, entretanto, relatou que seus filhos nunca foram visitar o irmão que estava preso. Desta forma, descaracterizou o que se conhece por união. Mesmo assim, disse que aceita a atitude dos filhos, pois só ia visitar o filho na penitenciária porque era mãe, pois se sentia constrangida com o tratamento recebido

na penitenciária, o que pode sugerir, de um lado, o peso da maternidade e de outro, o jeito que encontrou para justificar a recusa dos filhos em visitar o irmão:

- Minha família é muito unida, meus filhos são ótimos me ajudam muito. Meu filho que está preso deita no meu colo como criança, é muito carinhoso, está com saudades da família, mas os outros não querem ir naquele lugar. Eu entendo, lá é muito difícil, sofrido. Pra entrar tem que passar pela revista, tratam a gente como bandido, só vou porque sou mãe, né?! (Rosa).

Na família de Vitória, as desavenças eram mais visíveis, pois as brigas com as cunhadas eram constantes. Ela negou a acusação de abuso que fizeram contra seu marido, e tentou fugir da situação mudando de casa, pois antes moravam todos no mesmo lote:

- Moramos a família inteira [os pais e os três filhos já casados] no mesmo lote. Mas cada um tem a sua casa, mas não adianta nada, todo mundo sabe da vida de todo mundo. Minhas cunhadas sempre intrometem na minha vida, e ficam fofocando, com conversinhas a respeito do meu marido. O pior é que meus pais acreditam nelas, por isso que mudei de lá, não quis ficar ouvindo essas conversinhas (Vitória).

As questões financeiras e religiosas também eram fontes de desavenças, segundo essas mulheres. Margarida disse que sempre foi o homem e a mulher da casa, queixando-se dos papéis atribuídos a cada um, pois se sentia sobrecarregada:

- Sempre fui à mulher e o homem da casa. Além de cuidar de tudo, da educação, da limpeza do lar ainda teve que ajudar no sustento, pois o dinheiro dele mal dava para as pingas e putas. E se eu reclamasse ahhhhhhh, era briga pra dias (Margarida).

A família, como um núcleo de apoio, colaboração e ajuda acaba por desempenhar o papel de educadora, de formadora de consciência, pois é neste núcleo que os indivíduos deveriam aprender as regras de boa convivência e o respeito aos demais. Contudo, as famílias podem ser um local de brigas, desavenças, de desacordos, como disseram algumas das entrevistadas.

- Os sentidos de educação

Janete apontou que, além dos pais outros membros da família também são responsáveis pela educação dos filhos, e dos demais membros familiares que dela necessitem. Para ela, as mudanças culturais têm muita influência na educação dos filhos, e a falta de compromisso dos pais está prejudicando e destruindo essa instituição. Mas, uma rede de apoio confiável poderia auxiliar na educação dos filhos.

- Educação é uma coisa que a gente tem que dar para os filhos (Janete).

Ao ser questionada se são os pais, os responsáveis pela transmissão de noção de educação, ela responde:

- Sim, os pais, e a família toda. Eu já cuidei de muitos sobrinhos, afilhados, primos e vizinhos. A educação é a principal obrigação da família, hoje elas estão destruídas porque ninguém ajuda uns aos outros, aí fica todo mundo mal educado (Janete).

As questões financeiras e culturais também aparecem na pesquisa como um fator que influencia a educação. De um lado, às mulheres obtiveram várias conquistas em relação ao mercado de trabalho e à liberdade no interior das famílias, e, de outro acabaram aumentando suas responsabilidades, pois apresentavam um discurso repleto de obrigações, como no depoimento que se segue:

- Hoje a maioria dos pais gasta todo o salário pagando escolas, mas se esquecem de que a boa educação vem de dentro de casa. As mães têm que parar de ficar querendo comprar televisão, roupas, tem que ficar em casa e cuidar dos filhos (Maria).

Clara e Vitória, ao serem questionadas sobre educação, pontuaram que, depois que a mulher teve que se dividir entre trabalho doméstico e o remunerado, a educação dos filhos ficou prejudicada. Elas se queixaram da falta de apoio, e auxílio de seus companheiros.

- Quando se tem que sustentar a casa, algumas coisas ficam pra trás, como a educação dos filhos (Clara).

- É de casa que se aprende a ter educação. Hoje em dia, as crianças estão sendo educadas na rua, na escola, na igreja, em vários lugares, pois quando [a mulher] tem marido, esses não conseguem sustentar a casa sozinho. E quando não têm marido fica pior ainda (Vitória).

Para Isabella, as dificuldades enfrentada por ela está relacionada à falta de estrutura da sua família, pois se a criança não desfrutar da convivência dos pais, ficará com a educação prejudicada:

- Educação é muito importante. Minha mãe era muito simples e não conseguiu passar nada de melhor pra gente. Tivemos uma educação básica (Isabella).

A pesquisadora indagou se são os pais os responsáveis pela educação, e Isabella respondeu:

- Claro, a educação dos filhos é obrigação dos pais, mas quando não se tem pai e mãe juntos, a criança fica prejudicada, parece que falta algo (Isabella).

Para Gabriela, mais importante que a educação familiar é a educação formal, pois só assim o individuo tem chances de melhorar de vida.

- Educação é importante para melhorar a vida, sem educação não consegue bons empregos, a gente que não tem estudo ganha pouco. Mas a educação no Brasil é precária... (Gabriela)

Ao ser perguntada se a educação é função da escola, ela disse:

- Acho que sim, pelo menos a educação mais importante que é a de matérias, por exemplo, história e matemática são na escola que aprendemos a conversar a escrever direito (Gabriela).

As falas dessas mulheres é um território repleto de contradições, entre seus sentidos, significações, ações e, sobretudo, a cerca das funções que consideravam masculinas e femininas. Elas se queixaram das muitas obrigações que lhes eram

atribuídas, de estarem na condição de responsáveis e provedoras do lar. Contudo, apresentavam uma atitude de submissão e aceitação de tal condição. Margarida, no entanto, o tempo todo reclamou de sua posição na família:

- Às vezes, me sinto tão cansada do trabalho, tão cansada das tarefas domésticas, eu acho que nem consigo ensinar tarefa direito para meus filhos. Chego em casa tem tanta coisa pra fazer... E o “traste” [marido] deitado no sofá (Margarida).

É muito forte a cobrança pessoal e social que essas mulheres sofrem. Quando Margarida queixava-se do marido, ela demonstrava que não se sentia satisfeita com as atitudes dele frente às obrigações que ela julgava serem do marido. Entretanto, mesmo não satisfeita, em sua fala percebe-se que a presença dele ainda era muito importante para a educação, à criação dos filhos:

- Quando os filhos são pequenos, temos que aproveitar para dar educação, porque nessa época ainda tem um medinho da mãe, mas depois que crescem só o homem [pai] pra dar jeito. Eu peço para meu marido falar com eles, mas às vezes não adianta porque ele fala bêbado, e ninguém escuta bêbado (Margarida).

É inegável o peso que as construções sociais e de gênero têm sobre as significações dessas mulheres. Para elas, o homem aparece como a figura de respeito e autoridade. Para Clara, pai e mãe são importantíssimos na educação dos filhos.

- As crianças hoje são mentirosas e não têm educação, porque ficam sozinhas o dia inteiro sem ninguém para ensinar a falar a verdade, para ensinar a comer, a respeitar as pessoas. Eu acho que filho tem que ter pai e mãe, a mãe sozinha não consegue fazer com que os filhos obedeçam (Clara).

Para Margarida, a educação é algo que não tem fim, e deve ser incentivada por toda a vida do sujeito. Contudo, disse estar cansada por ser a única responsável pela educação dos filhos:

- Educação é algo que não se encerra, que começa no berço e só acaba quando a gente morre. Cada família tem um jeito de

educar, tem umas que não educam de jeito nenhum! [risos] E o pior que a culpa é sempre nossa. Quando alguém faz algo errado já perguntam: - você não tem mãe não? Eu já apanhei demais do meu ex-marido, até criar coragem de um dia colocar ele pra fora de casa. Mas meus filhos começaram a aprontar demais, aí tive que aceitar ele de volta, pois sozinha era muito difícil. Apesar de ele nunca ter me ajudado a sustentar a casa, quando ele estava lá, os meninos ficavam mais calmos (Margarida).

Rosa afirmou que a educação familiar é muito importante, e pontuou que mesmo as famílias que cumprem com sua obrigação, algumas vezes ainda podem perder seus filhos para o uso de drogas ou para a marginalidade. Segundo ela, os filhos que não seguem as orientações dos pais trazem prejuízos para eles e para toda a família:

- Os pais têm que dar educação para os filhos, tem que ensinar a comer, a cumprimentar as pessoas, tem que ensinar a conviver. Mesmo a gente ensinando, tem uns que não obedecem e acabam prejudicando toda a família. Imagina se a gente não ensinar (Rosa)?

Maria reconheceu a importância da família na formação dos sujeitos, mas assegurou que a escola também auxilia a formação de indivíduos mais autônomos e responsáveis.

- Educação é muito importante. Eu tive cinco filhos e eduquei “igualzim”, pois uma pessoa mal educada ninguém gosta. Mas os meus filhos que estudaram mais, são mais inteligentes e todo mundo gosta deles. Eles têm bom emprego, os que não têm, é porque não quiseram estudar (Maria).

Clara disse ter uma rede social confiável, o que inclui a família nuclear, a família de origem, a escola e também a comunidade, que podem auxiliar na educação e contribuir para a formação de indivíduos mais responsáveis.

- Educação é tudo que a gente aprende com os pais, com os avós, com os tios, primos e até vizinhos. Lá na Bahia todo mundo ajuda todo mundo, aqui em Goiás, é diferente. A gente não tem muito contato com os vizinhos, não tem aquela coisa de um cuidar e ajudar os outros. Se todo mundo ajudar a vigiar esses meninos, vão ser mais educados (Clara).

Quando questionadas sobre educação, essas mulheres reconheceram que a família desempenha um papel essencial na formação dos filhos. Elas se sentiam responsáveis pela educação dos filhos, e pelo bem-estar dos membros de sua família. Contudo, não conseguiam explicar as atitudes dos AVS. Elas manifestaram sofrimento ao tentarem justificar as atitudes e os atos desses AVS. Em suas falas, percebe-se a pouca instrução, o que dificulta o diálogo familiar, que, em alguns momentos poderia auxiliar o processo de ressocialização e de ressignificação desses sujeitos. O silêncio e a submissão são fatores que fortalecem as condutas de violência.

3.1.4 Os sentidos de violência

A violência é um fenômeno social de múltiplas significações, que vêm mudando ao longo da história da humanidade conforme diferentes perspectivas históricas e culturais. A violência no Brasil deixou, há pouco tempo, de ser assunto familiar e vem sendo encarada como um sério problema de saúde pública, pois é uma das principais causas de morbidade feminina e infanto-juvenil (MEDRADO, 2003).

Culturalmente, a violência era encarada como um problema relacional, e era comum frases do tipo: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher” ou “Roupa suja se lava em casa”. Nesses comentários estavam expressos alguns sentidos que banalizavam a violência sofrida, sobretudo por mulheres e crianças. No entanto, desde que a Constituição Federal foi promulgada em 1988, (BRASIL, 1988) a violência deixou de ser um problema social e adentrou o meio jurídico, ganhando espaço na discussão a cerca da justiça, saúde, ciência e também no meio social e familiar.

Identificar os fatores que contribuem para a manutenção da violência faz-se necessário para tentar conhecer e erradicar o fenômeno. Ao dar voz a mulheres afetivamente envolvidas com os AVS, observa-se que a compreensão dos sentidos por elas atribuídos à violência demonstra como se organizam, justificavam ou ressignificavam suas vivências no enfrentamento dessa problemática.

Todas essas mulheres, ao serem questionadas, afirmaram que foram vítimas de vários tipos de violência. Para todas as entrevistadas, as visitas ao presídio sempre era uma situação traumática. Quando convidadas a falar sobre violência, elas faziam referência a situações vivenciadas naquele ambiente. Segundo elas, eram tratadas como

bandidas quando iam visitar seus familiares na Penitenciária Odenir Guimarães, como relata duas entrevistadas:

- Violência é tudo de ruim que faz a gente sofrer. Pra mim, a pior coisa do mundo é ter que ir naquele presídio. Lá, o povo não tem educação, corta fila os amigos dos policiais, e deixa a gente, idosa na fila, no sol (Maria).

- Lá na cadeia [penitenciária] é muito ruim. Odeio aquela revista [referindo-se à revista íntima]. A gente fica sem roupa, tem que agachar na frente das agentes. É muito humilhante (Vitória).

Essas mulheres reconheceram que viviam em situação de violência, mas não tomaram consciência de que tal situação é uma escolha. Algumas alegaram que dispunham de alternativas de vida, porém, disseram não terem forças para adotar uma atitude diferente, atribuindo suas condutas a cobranças sociais e familiares, como o fez Margarida:

- É uma vida muito ruim, muito difícil, não desejo pra ninguém. Lá, somos tratadas como bandidas. Mas somos mães, né? Temos que ir (Margarida).

A violência afeta a vida dessas mulheres em todos os aspectos, contudo, a violência estrutural e financeira são as primeiras a vitimarem essas pessoas, pois, muitas mulheres dependem financeira e emocionalmente dos AVS, como atestam os depoimentos seguintes:

- Eu já sofri demais nessa vida, já trabalhei em casa de família para ajudar minha mãe a comprar comida, pra mim e meus irmãos, pois meu pai não ajudava, e agora que as coisas melhoraram acontece isso... Volto a passar falta das coisas de novo [choro] (Vera).

- Quando meu pai foi preso, e minha mãe morreu, eu fiquei desesperada: como ia conseguir sustentar meus irmãos? A gente chegou a ficar sem água, sem luz, cortaram tudo, ficamos sem gás até sem comida. Esses dias foram muito difíceis, senti muita falta deles (Isabela).

Violência é todo ato que viole os direitos fundamentais dos seres humanos. Essa violação é entendida como a ruptura de diferentes tipos de integridade, sejam elas, física, sexual, moral ou emocional (SAFFIOTI, 2004).

Não só a ação, mas a omissão também é violência, e pode ser chamada de negligência. A negligência é mais percebida nas camadas populares, pois nas camadas mais abastadas, o dinheiro pode encobri-la, pagando a terceiros para cumprir com as obrigações que seriam dos pais ou responsáveis. Socialmente, a negligência pode ser confundida com diferença cultural, e passar despercebida. Na realidade, porém, a falta de cuidado, ou seja, a negligência pode levar a criança a um estado de tamanha vulnerabilidade que acaba por favorecer o sofrimento de outros tipos de violência:

- Minha casa era cheia de adolescentes, meu marido ajudava esses meninos, ele dava lanche, dava dinheiro, deixava eles jogarem na *lan house*. Eles viviam jogados, ficavam muito na rua, aí encontra alguém que ajuda e eles ainda fazem denuncia (Clara).

Segundo o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA, lei nº 8.069, BRASIL, 1990) é função de todas as pessoas, da família, da sociedade proteger crianças e adolescentes.

Uma das entrevistadas declarou:

- O povo pensa que só porque não bate, não estão judiando, isto é engano. Tem mães que “pare” [dá à luz] e não cuida, deixa na rua jogada, aí as outras pessoas que judiam é violência. Deixam na rua sem cuidar, aí os “bichinhos” ficam sem proteção (Maria).

Algumas dessas mulheres submetem-se à violência por vários motivos, como a dependência financeira do homem “provedor”, pois sem ele, ficariam sem sustento. Mesmo as que são as provedoras do lar veem no homem uma fonte de segurança, uma espécie de dependência afetiva e social, como mostra o depoimento a seguinte:

- Meus filhos são apegados demais ao pai, hoje em dia, criar os filhos sozinha é muito difícil, mesmo quem eu trabalhe e consiga mante a casa, minha avó já dizia: “ -Um chapéu na parede já ajuda a mulher manter o respeito dentro de casa” (Clara).

Ao pesquisar violência, torna-se imprescindível estudar a questão de gênero, pois são fenômenos indissociáveis, uma vez que a maioria das violências, ou seja, 94% dos atos violentos são praticados por homens, em nome da virilidade e da força, contra as mulheres consideradas frágeis e indefesas (SAFFIOTI, 2004).

Scott (1990), uma das principais estudiosas da questão de gênero pontua, que a categoria é útil para a apreensão dos vários tipos de violência. As mulheres pesquisadas reconheceram diversos tipos de violência, incluindo as vivenciadas por elas nos presídios. Gênero está relacionado a sexo, raça, etnias e outras categorias socialmente construídas, como aponta uma das entrevistadas:

- Não vou visitar meu pai, sei que ele precisa de visitas, mas lá é muito ruim. Lá dentro funciona a lei do mais forte, os policiais oprimem as visitas, é muito difícil (Isabella).

Margarida relacionou violência ao uso da autoridade e da força, e descreveu algumas das violências de que já fora vítima, considerando-as muito ruins:

- A violência prejudica demais. Os jovens hoje nos leva a pensar que violência é normal, pois eles estão tão sem limites que quando a polícia bate, eu penso que, seria até bom. Eu já quis dar umas pancadas em meu filho, aí quando a polícia bateu achei até bom. Mas isso não é bom, todo tipo de violência é ruim. Mas quando a gente não consegue se defender e vem um mais forte e faz o que a gente queria fazer, é como se fosse vingança (Margarida).

As histórias de vida dessas mulheres são repletas de sofrimento e violências que muitas não conseguiam reconhecer. Quando convidadas a falar sobre violência, a maioria dessas mulheres estava focada na situação do AVS e não pôde significar outros tipos de violência além da vivenciada no interior do presídio. Com a prisão dos AVS, elas foram obrigadas a vivenciarem o ambiente prisional, o que acabou por marginalizar toda a família. Maria disse estar surpresa com a dura realidade presenciada na penitenciária, pois para ela, esse tipo de violência não existia:

- Eu tenho muito medo de ficar lá dentro [na POG]. Só vou porque tenho que ir, é muita coisa podre lá dentro. Os policiais

humilham a gente. Tenho mais medo dos policiais que dos presos (Maria).

Para Margarida, o ambiente prisional puniu toda a família, e obrigou-a a conviver com pessoas, e a passar por situações nunca antes vivenciadas:

- As famílias vão ficando “mala”, cheias de truques. A gente tem que ficar esperta, se não, entramos em “fria”. Para mim é muito difícil viver em situação de estresse e tortura psicológica, é assim, toda vez que tenho que ir para a penitenciária (Margarida).

Violência é caracterizada por Chauí (1985) como uma realização determinada de força, tanto em relações interpessoais ou em termos de classes sociais, quando existe uma diferença de assimetria, em relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Vitoria e Gabriela relacionavam violência ao abuso de poder;

- Violência é maltratar, é bater, é judiar, é xingar, é roubar o outro, é tudo que acontece dentro do presídio, inclusive por pessoas que deverias cuidar dos presos (Vitória).

-Violência é agredir o outro, pode ser mentalmente [psicologicamente] ou fisicamente, é causar sofrimento a outra pessoa (Gabriela).

Para algumas das mulheres pesquisadas, a situação de violência já se naturalizou, e acaba passando despercebida. Elas adotaram a atitude de esconderem-se, de não demonstrarem sua dor na tentativa de auxiliar os AVS. As oito mulheres pesquisadas disseram que tentavam levar alívio e uma palavra amiga para eles. Por isso, muitas justificavam que não estavam acostumadas a falar de coisa ruim, como violência. Mesmo negando-se a falar sobre violência, no subtexto apreendeu-se que elas perceberam e confirmaram as violências praticadas por seus filhos, maridos e irmão.

3.1. 5 Os sentidos de violência sexual

Ao estudar a violência sexual, compreende-se que ela é cercada de segredos, por vários motivos, dentre eles, medo e vergonha, dependência econômica, influência da família e, sobretudo pela defesa de que vale o sacrifício do silêncio para manter a família ‘unida’.

Todas as mulheres pesquisadas afirmaram que a violência prejudica a vida, as relações interpessoais, e o desenvolvimento humano, sobretudo das crianças e adolescentes. Declararam que qualquer tipo é ruim, e quando convidadas a falar sobre a violência sexual praticada por seus filhos, maridos e irmãos, essas mulheres demonstraram sofrimento e muitas se fecharam, se calaram, e as que conseguiram falar algo sobre violência sexual se diziam em uma situação muito constrangedora.

Todas negaram que os AVS tivessem cometido atos de violência, e afirmaram que, como na maioria das vezes eles não ‘machucaram’, ou seja, não deixaram marcas físicas evidentes nas crianças/adolescentes, sua conduta não deveria ser considerada violência.

Seis das oito mulheres entrevistadas afirmaram que as pessoas que fizeram as denúncias queriam se vingar dos AVS, postura protetora, na tentativa de tirar a culpa do autor, e colocá-lo na posição de vítima.

Esta pesquisa, como a maioria relacionada à violência sexual, confirma que geralmente ela ocorre em ambientes domésticos, e é cometida por pessoas em quem a vítima confia e com quem mantém relações afetivas. A convivência com o autor, algumas vezes, podem confundir as vítimas sobre o que realmente pode ser caracterizada como violência, ou se tal comportamento violento é um hábito ou costume familiar e cultural.

Uma entrevistada declarou:

- Não sei como um pai pode fazer isso com os filhos. A mãe tinha que ter vigiado essas crianças, mas ela não tinha com quem contar, era sozinha. E a família não costumava intrometer achando que era o jeito deles, sabíamos que alguma coisa ali não estava normal (Janete).

Diante da situação de violência, um misto de sentimentos tomou conta dessas mulheres: ódio, paixão, piedade, vergonha e culpa. Contudo, o medo e a dificuldade de diálogo parece serem os fatores que mais favorecem o silêncio. Todas as

mulheres pesquisadas disseram que toda situação de violência é ruim. No entanto, quando convidadas a falar sobre a violência praticada por seus maridos, filhos, irmãos, elas se fechavam. Uma delas confessou:

- Quando tudo aconteceu na família do meu irmão [primo] eu pensei: 'tem que bater nele'. Aí fiquei com vergonha de contar para os outros, é muito difícil lidar com essa situação (Janete).

O silêncio favorece as situações de violência, pois, geralmente, aprisiona a vítima e protege o autor. Sempre cercada de segredos, essa situação é mantida, sobretudo pela falsa impressão de que compensa o sacrifício para manter a família. Gabriela, na tentativa de fugir do assunto mudou-se do terreno onde residia com os pais e os irmãos. Segundo ela, a acusação de abuso era “fofoca” das cunhadas. Pensando assim, preferiu afastar-se de sua família de origem a ter que enfrentar a situação e conversar com o seu marido sobre o que realmente acontecera:

- Minhas cunhadas eram muito fofoqueiras, ficavam falando do meu marido, fazendo intrigas com meu pai. E o pior que ele acreditava e ficava me enchendo, mandando eu conversar com o Júnior [AVS] (Gabriela).

Clara, assim como Gabriela, também mencionou sua dificuldade em falar sobre violência sexual, sobretudo com o AVS:

- Os vizinhos ficavam fazendo fofoca, eu sabia, já até vieram me contar, mas não gosto de falar dessas coisas. Ele pediu pra eu não contar pra ninguém, ele é meu marido e não posso desobedecer. Ele não gosta que eu fale dessas coisas com ninguém (Clara).

Essas mulheres, com medo de enfrentarem a situação, adotaram a atitude de manter silêncio, com o intuito de não prejudicar esses sujeitos. Elas se negavam a falar sobre o motivo que os levava a prisão, não exigiram explicações, não conversaram sobre o assunto, e mesmo perturbadas com as dúvidas, adotaram a atitude de não abandonar os AVS, de não cobrarem ou reprimirem seu comportamento.

Menezes (2011) fez uma análise do sistema penitenciário do estado de São Paulo (2000-2010) e analisou um dos principais problemas no processo de punição da

violência e de ressocialização dos AVS, que é a manutenção dos laços afetivos e familiares. O pesquisador constatou que os sujeitos que tinham família geralmente aceitavam participar dos projetos e programas desenvolvidos na penitenciária. E os sujeitos que não mantinham vínculos afetivos e familiares, além de não aceitarem ajuda, eram responsáveis pelos maiores índices de reincidências.

Como na pesquisa realizada por Menezes (2011), nesta investigação constatou-se também a importância da família no processo de ressocialização dos AVS, pois os que tinham uma família presente, que recebiam visitas constantemente foram os que aceitaram participar do tratamento psicoterapêutico. Contudo, apesar da assistência familiar, muitas não participavam adequadamente desse processo. A assistência dada ao AVS preso restringia-se aos cuidados básicos como higiene e alimentação. As famílias não recebiam orientações, não procuravam entender, nem tampouco os auxiliavam no processo de entendimento de tal situação.

Margarida, a mãe de um desses AVS, era a única das oito mulheres pesquisadas que tinha formação superior: era pedagoga e professora. Ao ser questionada sobre como participava do processo de ressocialização do AVS, informou que auxiliava não só o seu filho, mas os outros presos que moravam na mesma cela. Segundo ela, sempre que ia visitar o filho levava materiais de higiene e limpeza para todos da cela. Entretanto, mesmo sendo mais instruída que as outras mulheres, não conversava com eles sobre o motivo de estarem presos:

- Eu não converso com ele sobre essas coisas tristes não, lá dentro já é muito ruim. Quando vou visitá-los tento falar de coisas boas, agradáveis. Eu não preciso conversar com ele [filho] sobre essas coisas, sei que ele não fez (Margarida).

A lei do silêncio adotada por essas mulheres não auxilia o processo de “reeducação” dos AVS, pelo contrário, acabam algumas vezes por reforçar condutas inadequadas, pois os sujeitos negam o ocorrido e elas os tratam como vítimas. Maria disse sensibilizar-se com a situação do filho preso. Segundo ela, o AVS foi injustiçado e vítima de vingança da sua ex nora.

- Meu filho já fez muita coisa errada, mas essa coisa [violência sexual] sei que ele não fez. Não criei um filho tarado. Não

gosto nem de pensar, ainda mais ficar conversando sobre essas coisas (Maria).

Já Vera queixava-se das leis, que, para ela, eram “muito duras”, pois os costumes não acompanham as leis, e a falta de informação prejudica esses sujeitos:

- Hoje em dia, tudo é caso de polícia, no meu tempo a gente resolvia as coisas em família, na conversa (Vera).

A pesquisadora questionou se a situação era resolvida na conversa ou “no deixa pra lá”. Vera respondeu:

- Uai... Tem coisas que a gente deixa pra lá, não adianta falar (Vera).

Com intuito de erradicar o fenômeno da violência sexual, o poder público, auxiliado por cientistas e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, vem investindo em pesquisas e campanhas de conscientização da população. Muitas pessoas de maneira simplista, atribuíam violência sexual apenas a situações de extrema violência e sofrimento físico, sem compreender que ela se estende a todos os atos que violam a integridade física e psicológica do ser humano. É o caso de Vera, que declarou:

- “Antigamente, a gente nem via falar dessas coisas. Hoje toda hora e no jornal, é na rua, nas escolas, o povo só fala disso. E o pior é que os abusadores na maioria das vezes é pai, é vô, é tio até irmão, fico encabulada com essas coisas” (Vera).

Indagada se antigamente a violência sexual não existia, Vera comentou:

- Não sei... Se existia, ninguém contava antigamente também a gente nem podia conversar. Na casa da minha mãe, a gente só comia o que ela dava, se chegasse uma visita ia correndo para o quintal, se atrapalhasse a “Maria” [referindo-se à mãe] era uma “taca” [castigo físico] depois que a visita saía. A gente nem podia conversar ainda mais sobre essas coisas. Eu casei “moça virgem”, nem sabia nada de sexo (Vera).

A educação tem sido apresentada como medida eficaz para erradicação e prevenção da violência, pois ensina crianças e adolescentes a defenderem-se das múltiplas faces. Para Café (2004), é necessário ensinar aos jovens a respeitar seus pais, mestres e profissionais, e, sobretudo auxiliá-los no reconhecimento do outro como ser humano. Contudo, a autora afirma que os jovens também deveriam ser ensinados a quando, e por que desconfiar de pais, mestres e outros profissionais que possam ameaçar a sua integridade física e psicológica.

Crianças e adolescentes sabem mais do que se imagina: resgatar suas vozes, ouvir suas queixas e investigá-las constituem procedimentos para assegurar a verdadeira proteção à infância e à adolescência.

Isabela queixou-se de que não questionava sobre os abusos sofridos, por tratar-se de seu pai, pessoa que, para ela, deveria ser de confiança:

- Ele era meu pai, eu não pensava que queria fazer mal pra mim. Mas eu achava estranha àquelas coisas [referindo-se aos abusos sofridos], até que vi uma vizinha contando uma história igual à minha, aí resolvi contar pra ela. Foi um alívio contar (Isabela).

A violência sexual possui a característica de tratar o outro com quem a pessoa se relaciona como coisa, ou objeto. Chauí (1998) discute a violência sexual em contraposição à ética, argumentando que, nesse sentido, violar significa tratar um ser humano, como um ser sem liberdade, sem possibilidade de fala, de escolha, como um ser passivo diante da determinação de sua própria história. Para uma das entrevistadas,

- Violência sexual é obrigar o outro contra sua vontade a ter relação sexual... é ameaçar e fazer pressão pra outra pessoa fazer as coisas sem vontade. Acontece até no casamento você ter que fazer as coisas sem querer. Violência sexual contra crianças e adolescentes são pior ainda. Pensa? Obrigar o outro a fazer coisas sem a vontade, é intimidar, passar a mão ficar olhando, acariciar, falar coisas, tudo isso é violência, é prejudicial às crianças que não têm que saber dessas coisas, ela é inocente (Margarida).

Todos os tipos de violência foram qualificados pelas entrevistadas como ruins, entretanto a violência sexual é apontada por essas mulheres como a mais terrível. Para Margarida, a violência deixou marcas, sobretudo psicológicas:

- Violência sexual é terrível mexe com o que temos de mais sagrado que é corpo. Para a mulher então, é muito difícil, porque acredito que temos o direito de escolher quando queremos nos entregar, mas, algumas vezes, o marido ou o companheiro não entende isso... É uma violência também e deixa marcas para o resto da vida. Eu já ouvi muita ofensa porque não queira transar com meu marido. Ele me chamava de vadia, prostituta falava que eu tinha “dado” para outro e acabava me obrigando a ter relação com ele. Não gosto nem de lembrar (Margarida)!

Vera teve dificuldade para falar sobre violência sexual, e alegava que o marido não tinha a mesma virilidade apresentada na juventude. Contudo, a violência não está relacionada à ereção do pênis e pode ser praticada por indivíduos impotentes sexualmente. Segundo Melo (2012), a impossibilidade de uma relação sexual satisfatória é uma das características encontradas em AVS; como revelado em um depoimento:

- Nem ia falar nada pra senhora, mas meu “veio”, [referindo-se ao marido] não dá conta mais não, ele ficou doente com pressão alta, antigamente ele gostava muito [de sexo] mais depois que adoeceu, não dá conta não (Vera).

Janete contou que a violência marcará sua família para sempre, mas esclareceu que o ocorrido serviu de alerta, para perceber que a violência pode existir onde menos se espera. Além do despertar de sentimentos nunca antes vivenciados, a violência trouxe também a vergonha, um sentimento comum para essas mulheres:

- A violência sexual marca o corpo e a alma, é muito triste essa história marcou nossa família para sempre. Éramos unidos, hoje um tio nem fica muito tempo com uma criança no colo. Estamos todos em alerta, nunca tinha acontecido uma coisa tão terrível. Ficamos com vergonha dos vizinhos e dos outros ficarem sabendo. Mas não é nossa culpa, aconteceu (Janete).

- Acho que todo mal vem para algum bem. Essa história serviu para me aproximar mais das minhas netas, pois conversei muito com elas, e hoje conversamos sobre tudo. Pena que meu filho se foi injustamente no meio dessa história (Margarida).

Vitória, Maria e Clara evitaram falar sobre a violência, entretanto, disseram que a denúncia e a prisão marcaram muito a família. Deixaram de falar sobre a violência sexual por medo de prejudicarem os AVS, ou na tentativa de amenizarem a gravidade do ato. A decisão de não falarem sobre a violência cometida pelo familiar demonstra a dificuldade enfrentada pelos psicólogos do Proinvert em levar essas famílias para o convívio, para o diálogo tão necessário para percepção, erradicação e prevenção da violência. Os depoimentos que se seguem são reveladores:

- Não gosto de falar dessas coisas não... não gosto de conversinhas de fofoca, eu sei que meu marido não fez. Pra que ficar mexendo nessas coisas (Vitória).

- Eu tenho raiva de pensar nessas coisas, não gosto de falar de coisas ruins (Isabela).

- Se aconteceu agora já foi, “é igual merda quanto mais mexe, mais fede” (Clara).

A cultura brasileira é extremamente machista, produz e reproduz um modelo de homem motivado a ser dominador, e sexualmente desenvolvido, um verdadeiro “macho”, o orgulho da família. Nessa concepção a mulher, a criança e o adolescente são vistos como propriedade. As subordinações encontradas nas relações masculinas *versus* feminino, adulto *versus* criança, branco *versus* negro são produzidos e reproduzidos na cultura, e obviamente nas relações familiares.

Na perspectiva sócio-histórica que dá base teórica a este trabalho, a violência não é característica da natureza humana ou da constituição biológica. Tem, ao contrário, uma constituição sócio-histórica, e o homem, ao agir de forma violenta, o faz em relação dialética com a sociedade em que está inserido.

O diálogo com essas mulheres permitiu apreender que a submissão é um meio de enfrentar a violência sofrida, e que a omissão é o meio utilizado por elas para aceitarem a violência praticada pelos AVS:

- Ele era meu pai, e disse que queria me ensinar, eu tinha que obedecer. Eu falei pra minha mãe, mas ela parece que não entendeu ou não podia fazer nada (Isabela).

- A violência sexual é triste demais, estou com sessenta anos nunca pensei que iria passar tanta vergonha, ter que ir à delegacia, o povo pensando que minha família não presta, eu não gosto de conversar sobre essas coisas não (Vera).

Para essas mulheres, a violência sexual é uma forma cruel de aprisionar e causar sofrimento a uma pessoa. Elas reconheceram que, contra crianças e adolescentes, é ainda pior. Algumas delas já vivenciaram essa situação. Ao serem convidadas a falar de violência sexual, o sofrimento das vítimas desses AVS fica sem segundo plano, pois para essas mulheres, a própria dor é maior, como disse uma entrevistada.

- Violência sexual é tudo que esses tarados que pegam as crianças e abusam dela fazem. Eles que nem pensam no sofrimento dos “bichinhos”, nos que somos grandes é doido ter relação quando não está com vontade, imagina as crianças (Clara).

A pesquisadora indagou se para ela só existia violência se houvesse a relação sexual, entrevistada respondeu:

- Acho que é... (Clara)

Indagada se quando acontece como o marido não há violência, a entrevistada respondeu:

- Acho que não, com o marido a gente tem obrigação de fazer né? [sexo] (Clara)

Isabela é filha do AVS e foi indicada por ele como uma pessoa significativa em sua vida. Coincidentemente, foi vítima desse AVS. Para ela, falar de violência sexual era muito dolorido e difícil, pois se relacionava com quem praticou a violência. Mesmo assim, disse não conseguir abandonar o pai.

- A violência sexual aprisiona a gente dentro de um pesadelo, eu sempre sonho com o que aconteceu comigo. A criança não sabe de nada, a criança é algo tão puro, é indefeso e qualquer um pode judiar e ela não pode fazer nada, contra criança é pior ainda. Quando aconteceu comigo, eu ficava pensando: ‘o que eu fiz pra merecer isso?’ Mas hoje, eu sei que não fiz nada, uma criança, por mais “custosa” que seja, não merece passar por isso. Mas eu vou ajudá-lo sempre que precisar. Mesmo ele tendo feito tudo aquilo comigo (Isabela).

Azevedo e Guerra (1998) assinalam que qualquer ato ou contato sexual de adultos com crianças ou adolescentes, com ou sem o uso de força ou violência, caracteriza abuso, ocorrendo um ou vários episódios, de curta ou longa duração. Para as autoras, sempre fica “uma ameaça no ar” ou formas verbalizadas ou não explícitas de dominação sexual sobre a criança e o adolescente, esse silêncio algumas vezes, envolve toda a família. Uma das entrevistadas declarou:

- A violência sexual é muito triste, mexe com intimidade das pessoas. Fico com tanta raiva de pessoas que abusam de crianças, me lembro de quando comecei a sair, a namorar com treze, quatorze anos, não sabia de nada [choro]... Os homens que se aproximavam “era só pra tirar casquinha” e aproveitar, eu te contei... Quando fiquei grávida, foi estupro. Eu tinha saído com ele sim, tinha entrado no carro dele sozinha, mas não queria aquilo... Eu queria festar e aproveitar a vida, mas logo comecei a namorar e os homens só querem saber daquilo. Na época eu não sabia que tinha sido estuprada, só hoje reconheço, que fui vítima de violência sexual... é muito ruim pensar que outras pessoas passam por isso!!! (Clara)

Vários motivos levaram essas mulheres a se silenciarem diante da violência praticada por seus maridos, filhos, pais e irmãos, e, dentre eles destacaram-se o medo, a vergonha, a dependência econômica, a dependência afetiva. Também pode-se observar a falsa ilusão de que vale o sacrifício para manter a família unida, e sobretudo na tentativa de fugir dos embarços e da humilhação que podem sofrer nas delegacias.

Existem em alguns casos, os ganhos secundários, pois essas mulheres não enfrentaram a situação para não terem que se separar dos AVS ou por medo de assumir que o casamento não deu certo. Mesmo assim, pode haver a suspeita de que alguma coisa estava acontecendo, como revelou clara.

- Aquelas meninas sempre procurando ele eu achava estranho, mas ele sempre gostou de criança, não pensava que aconteciam essas coisas, a gente era um casal... (Clara)

A falsa ilusão de que vale a pena o sacrifício para manter a família, algumas vezes, leva essas mulheres e a própria família que elas queriam proteger a terem uma vida sem dignidade e um adoecimento psicológico, como Isabella declarou:

- Quando a gente é criança acredita muito no adulto, ainda mais se for da nossa família e acabamos fazendo coisas que não queríamos, ele era meu pai, eu gostava dele, gostava de brincar com ele. E minha mãe não fazia nada, ela sabia de tudo tenho certeza. [choro] (Isabella)

Geralmente as crianças são educadas para evitar os estranhos, mas, em relação ao adulto conhecido são ensinadas a obedecer-lhe a respeitá-lo, o que, de alguma maneira facilita as situações de abuso ou de outras violências sexuais.

A atitude de obediência está diminuindo. Culturalmente, os adultos estão mais atentos com as crianças, estão conversando mais, e os meios de comunicação estão mais atuantes, com informações sobre os meios de violência, facilitando assim o diálogo no meio familiar, funcionando como uma barreira social contra a violência sexual.

CONCLUSÃO

Ao construir esta dissertação, a proposta consistiu em apreender os sentidos de violência para mulheres afetivamente envolvidas com autores de violência sexual, contra crianças e adolescentes. Foram analisados os vários sentidos de ser mulher, de educação, de família, de violência e de violência sexual.

Por meio das entrevistas, confirmaram-se dados de outras pesquisas relacionadas ao tema, as quais afirmam que a maioria das violências ocorre no ambiente familiar, e que o autor geralmente é alguém do convívio da criança e do adolescente. Nas oito denúncias que originaram esta dissertação, havia relacionamento afetivo e social entre o AVS e a vítima.

Essa confirmação leva a pensar na significação de família, pois, para as mulheres entrevistadas, o núcleo familiar era compreendido um espaço de cuidado, segurança, afeto, confiança e de colaboração entre seus membros. No entanto, esse núcleo é também um espaço de desavenças e inseguranças, sobretudo no tocante a mulher e crianças, pois é nele que a maioria das violências acontece.

Percebe-se também que a cultura exerce influência sobre os sentidos atribuídos pelas mulheres, o que acabava atrapalhando a responsabilização, a ressignificação, e, conseqüentemente, a ressocialização dos AVS. As mulheres entrevistadas incorporaram os papéis que lhes são socialmente atribuídos, como submissão, obediência e silêncio, assim, não questionaram o motivo de esses sujeitos estarem presos.

Ao adentrar o mundo dessas mulheres, verificou-se que a autoestima e a noção de segurança estavam abaladas. Várias entrevistadas eram forçadas a conviver com o sofrimento, com a dor, com a humilhação familiar, e também com um sistema prisional que pune toda a família. Portanto, muitas se diziam cansadas e sobrecarregadas com as multi funções e papéis que lhes eram atribuídos.

Quando convidadas a falar, essas mulheres se constrangiam, e as que conseguiam evitavam fazer denúncias dos atos de violência praticados pelos AVS. Os motivos eram vários: medo, vergonha, dependência econômica, influência da igreja, falsa ilusão de que vale o sacrifício de sofrer para manter a família unida, ou tentativa de fugir do embaraço e humilhação nas delegacias. Por outro lado, como o silêncio e a

impunidade são mecanismos centrais da manutenção da violência, e nesses casos, o silêncio atuava como elemento de consentimento do ato praticado pelo AVS.

Mesmo essas situações não sendo saudáveis nos aspectos psicológico, físico, social e cultural, os sofrimentos acabaram por se naturalizarem, fazendo que essas mulheres deixassem de perceber vários sentimentos negativos em suas vidas. Elas se fecharam, não falaram sobre as incomodavam, não conseguiam questionar, adotando o silêncio que não auxilia o processo de conscientização e ressignificação dos AVS. Algumas disseram que tal esforço era para proteger a família, e outras, disseram ser em nome de “Deus”, outras nem sabem o porquê.

Durante todas as etapas do Proinvert (Programa de Atendimento aos Autores de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes), foram atendidos vários AVS adultos, adolescentes e suas famílias. Com os atendimentos, os AVS apresentaram significativa melhora na maneira de compreender a criança e o próprio ato praticado. E apesar de o AVS não ser acompanhado após a saída da prisão, o projeto, frisa a importância da psicoterapia para a não reincidência.

O atendimento multidisciplinar aos vários atores de uma situação de violência fortalece a discussão a respeito da violência, sobretudo no meio familiar, e é de fundamental importância para o rompimento do ciclo de reprodução da violência.

Portanto conclui-se que somente quando houve o entendimento acerca das significações que homens e mulheres têm de si, e o mesmo modo como elas afetam sua forma de compreender a vida, será possível caminhar para relações mais igualitárias e livres de violência.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência **Abuso sexual: mitos e realidade**. 3^o edição, Petrópolis: Autores & Agentes Associados. 2002.

AGUIAR W. M; OZELA, S. Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vol. 26, 2^o edição, pag. 222-245, 2006.

ANDRADE, V. N.G. **As falas dos atendentes do disque 100 sobre a escuta das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes 2012**. Dissertação (mestrado em psicologia) PUC Goiás.

AZEVEDO M. A.; GUERRA, V.N.A. (orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil**. São Paulo: Iglu, 1998.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (SEDH/DCA) Programa nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente. Brasília, Senado Federal, 2008.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. (SEDH/DCA) Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil: uma política em movimento. Disponível em: <http://www.comitenacional.org.br.html>. Acesso em 01 mar, 2012.

CAFÉ, M.B. **Família e educação para heteronomia: a violência dos silêncios**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

CARVALHO, L. N; SOUSA. S.M.G. Perfil da população carcerária condenada por crimes contra mulheres, crianças e adolescentes em Goiás: autores, violência e vítima. In: OLIVEIRA, M.L.M; SOUSA. S.M.G. (orgs) **(Re) descobrindo as faces da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: SDH; Goiânia: Câne Editorial, 2007.

CARVALHO, R.M. **Relações entre irmãos adolescentes: sentidos e significados**. 2011. Tese (doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, PUC Goiás.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *In (orgs) Perspectivas antropológicas da mulher*. 4^o edição, Rio de Janeiro: Zahar, pag. 25-62, 1985.

_____. Uma ideologia perversa: Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, pag. 3-5, 14 de Março de 1999.

COHEN, C. O incesto. AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N. A. (orgs.) **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3º ed, São Paulo, Cortez, 1993.

DELFINO, R. K.; FARIA, D. S.; MIRANDA, M. I. F.; MORAES, R. M. B.; VASCONCELOS, D. M. P. Violência sexual contra crianças e adolescentes - perfil da vítima e do agressor. **Revista da Sociedade brasileira de Enfermagem**, v.9, n.1, p.19-25 Porto Velho, 2009.

DINIZ, G. Mulher, trabalho e saúde mental. *In*: CODO, W. (orgs). **O trabalho enlouquece?** Um encontro entre a clínica e o Trabalho. Petrópolis: Vozes. P. 75-79, 2004.

DREZETT, J. **Violência sexual como problema de saúde pública**. São Paulo: Centro de Referência da Saúde da Mulher, 2000.

DOS SANTOS, J. V. **A exploração sexual comercial de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia**: um estudo de depoimentos da CEI 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, UFG Goiânia.

_____. Contribuições para o balanço das campanhas de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. *In*: LIBORIO, R.M.C.; SOUSA. S.M.G.; (org). **A exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia: UCG, 2004.

ESBER, K.M. O sentido de infância e adolescência para autores de violência sexual. *In*: OLIVEIRA. M.L.M.; SOUSA. S.M.G.; (orgs). **Descobrendo faces da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: Cânone Editorial. 2008.

FALEIROS, E.T.S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus.2000.

_____. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo. *In*: LIBORIO, R.M.C; SOUSA. S.M.G.; (orgs) **A exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia: UCG, 2004.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FONSECA, P. M; LUCAS, T. N. S. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. Monografia - Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências. Salvador.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

_____. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.66. P. 165-185. Fev, 2008.

HABIGZANG, L. F; KOLLER, S. H; AZEVEDO, G. A; MACHADO, P. X. Violência sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v. 21, Pag. 341-348, Dez, 2005.

IZUMINO, W.P. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo. Annablume: Fapesp, 1998.

_____. **Justiça para todos**: os juizados especiais criminais e a violência de gênero. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, USP.

JESUS. V.L. **Ressocialização**: mito ou realidade? Disponível em: <<http://na1312.my1blog.com/2007/09/12/ressocializacao-mito-ou-realidade/>>. Acesso em 18 Jun 2011.

LIBORIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas**: adolescentes em situação de exploração sexual. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. (USP)

MEDRADO, B.; LYRA. J. Nos homens a violência de gênero. *In*: BRASIL- Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003, Pag. 27-40.

MEDRADO. B.; LEMOS. A. R.; BRASILINO. J. Violência de gênero: paradoxos na atenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 471-478, jul./set 2011.

MELO, L.C.A; **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**: o estado da arte nas produções acadêmicas em psicologia. Dissertação - UFRN, Natal, 2010.

MELO, T. E. **Características do Pedófilo Analisados na Junta Médica do Poder Judiciário do Estado de Goiás**, 2012. Monografia (Graduação em psicologia)- Pontifícia Universidade Católica - PUC Goiás.

MENEZES, W. F. Violência, punição e os dilemas da ressocialização: Uma análise do sistema penitenciário do estado de São Paulo 2000 a 2010. **Revista Laboratório de Estudos da Universidade Estadual Paulista - UNESP**, 8º ed, Marília, Dez, 2011.

MINAYO. M. C. de S.; **A inclusão da violência na agenda da saúde**: trajetória histórica. *Ciência e Saúde Coletiva*, São Paulo, p. 1259-1267. Abril/ Jun 2006.

MULLER. R.C.L. Veiga. M.K.; Abuso sexual. *In*: FRANÇOSO. L.; GEJER. D. REATO. L.; **Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência**. S. Paulo, Atheneu, 2001.

OLIVEIRA. V.C.; **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência.** 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília. UNB.

PFEIFFER. E.; SALVAGNI. E. P.; Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência, **Jornal da Pediatria.** Porto Alegre, vol. 81, Nº 5, pág. 197 - 204, Nov 2005.

RIBEIRO. M, A.; CARVALHO, M. das G.; FERRIANI, J. N.; Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares, Centro de Referência da Criança e do Adolescente, Ribeirão Preto, Brasil. **Caderno de Saúde Pública,** Escola de Enfermagem, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 2, pág., 456-464, Abril, 2004.

SOUSA, E.R. Processos, sistemas e métodos de informação em acidentes e violência no âmbito da saúde pública. *In:* MINAYO, M.C.S.; DESLANDES. S.R.; (orgs) **Caminhos do pensamento: epistemologia e método.** Rio de Janeiro: 2002.

SOUSA. S.M.G.; CARVALHO. L. N.; Perfil da população carcerária condenada por crimes contra mulheres, crianças e adolescentes em Goiás: autores, violência e vítima. *In:* OLIVEIRA, M.L.M; SOUSA. S.M.G. (org) (Re) **Descobrimos as faces da violência sexual contra crianças e adolescentes.** Brasília: SDH; Goiânia, Cênone Editorial, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. *In:* AZEVEDO, M. A.; GUERRA, Viviane N. A.; (orgs) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo, Iglu 1989.

SAFFIOT. H.; ALMEIDA. S. S.; **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *In:* SEGATO, R. L. (org.). **Las estructuras elementares de la violencia.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. R. dos. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.** São Paulo . Childhood - Instituto WCF Brasil, Secretaria de Educação, 2009.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica, educação e realidade. Porto Alegre, **Educação e Realidade.** V.16, n. 2, pág. 5-19, Jul/dez, 1990.

SCHMICKLER. C. M. **O protagonista da violência sexual: sua lógica e estratégias.** Chapecó: Argos, 2006.

SOUSA, S.M.G, A exploração sexual de crianças e adolescentes, segundo depoentes da CPI (1993-1994). *In:* LIBORIO, R.M.C; SOUSA. S.M.G; (orgs). **A Exploração sexual**

contra crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, Goiânia: UCG 2004.

TELLES, L.E.B. Pedofilia. In: SOUZA, C.A.C. e, CARDOSO, R.G. (orgs) **Psiquiatria Forense:** 80 anos de prática institucional. Porto Alegre: Sulina. 2006.

VIGOTSKY, L.S. **Formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

_____. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1993.

ANEXOS

APÊNDICES

- **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA.**

Pesquisa: Os Sentidos de Violência para Mulheres afetivamente envolvidas com Autores de Violência Sexual.

Pesquisadora: Melissa Pereira David Sousa.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Margarida Gomes Sousa.

Data:

Local: Goiânia – Goiás.

I) Encontro (Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)

Nome:

Data de nascimento:

Idade:

Telefones:

Endereço:

Estado civil:

Filhos:

Religião:

Escolaridade:

Profissão: *(atividade que exerce profissionalmente, ocupação, fonte de sustento, etc.)*

Naturalidade: *(caso não seja natural da cidade que reside e que trabalha perguntar o motivo de ter escolhido essa cidade para morar)*

Filiação: *(pai, mãe, pais de criação, família adotiva, instituição, etc.)*

A) Dimensão Família:

1- Fale sobre sua família de Origem pai, mãe, e irmãos.

2- Fale sobre sua família atual.

3- Como é sua relação com as pessoas da sua família?

5- Qual a sua função na sua família?

6- Quem é o provedor financeiro da sua família?

B) Dimensão Gênero:

- 1- O que é Educação?
- 2- Como é ser mulher pra você?
- 3- O que mais você gosta em ser mulher?
- 4- O que você menos gosta em ser mulher?
- 5- O que é mais importante na vida de uma mulher?
- 6- E o que é mais importante na sua vida?
- 7- Qual a função de uma mulher na família?
- 8- Você já se sentiu abusa/usada/violentada?

II) Encontro

C) Dimensão Vínculo:

- 1- Qual o seu vínculo com o FULANO (Autor de Violência Sexual)?
- 2- Como era o relacionamento de vocês antes da sentença/prisão?
- 3- Como ficou o relacionamento de vocês depois da sentença/prisão?
- 4- Como você se sente se relacionando com o FULANO (Autor de Violência Sexual)?

D) Violência Sexual praticada contra crianças e Adolescentes:

- 1- O que é violência?
- 2- O que é violência Sexual?
- 3- Existe outro caso de AVS em sua família? Quantos? Qual o seu vínculo com eles?
- 4- Você já falou com o AVS ou com alguma outra pessoa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes?
- 5- Você já falou com o AVS sobre o que ele fez para estar na P.O.G?
- 6- O que ele lhe disse sobre o motivo pelo qual está preso?
- 7- O que você pensa sobre este motivo?

E) Tempo para fechamento e acolhimento após entrevista.

Observações _____

- **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisa: Os Sentidos de Violência para Mulheres afetivamente envolvidas com Autores de Violência Sexual.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Margarida Gomes Sousa. (Sonia.mg@ucg.br)

Inscrição no Conselho Regional de Psicologia: 09/813

Matricula na PUC-GO: 3299

Telefones: (62) 3946-1104 / (62) 3227-17-17

Pesquisadora: Melissa Pereira David Sousa. (Meldavidsousa@hotmail.com)

Inscrição no Conselho Regional de Psicologia: 09/4151

Matricula na PUC-GO: 201010550040018

Telefones: (62) 981630358.

Você esta sendo convidado (a) para participar como voluntário desta pesquisa que tem como objetivo apreender Os Sentidos de Violência para Mulheres afetivamente envolvidas com Autores de Violência Sexual. Esta pesquisa é parte integrante da dissertação de mestrado do curso de psicologia da PUC-GO. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento que esta em duas vias. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de duvida você poderá procurar o Comitê de Ética da PUC Goiás pelo telefone: (062) 3946-1512.

Alguns Esclarecimentos:

1-Do Objetivo: Esta pesquisa será realizada pela Psicóloga Melissa Pereira David Sousa, aluna regular no Mestrado em Psicologia pela PUC Goiás, turma 2010.1, e tem como objetivo geral: Aprender Os Sentidos de Violência para Mulheres afetivamente envolvidas com Autores de Violência Sexual.

2- Participantes da Pesquisa: Será utilizada uma amostra de 08 mulheres, que serão indicadas pelos AVS como sendo significativas em suas vidas, conforme critério de exclusão e inclusão da pesquisa e após aceitação e assinatura deste termo de consentimento.

3- Envolvimento na Pesquisa: Ao participar desta pesquisa você permitirá que o pesquisador utilize as informações para elaborar sua dissertação de mestrado, e apresentar as reflexões em congressos, artigos e reflexões sobre o tema. Você poderá negar sua participação agora ou a qualquer momento no decorrer da pesquisa, e sempre que julgar necessário poderá solicitar informações à pesquisadora ou ao comitê de Ética da PUC Goiás pelos telefones (62) 3946-1512.

4- Duração da Pesquisa: Pretende-se realiza - lá no mês de Janeiro de 2012.

5- Sobre a realização das entrevistas: As entrevistas serão realizadas em ambientes apropriados, para o bom desenvolvimento do trabalho. A identificação dos participantes será mantida em sigilo, podendo ser usado nomes fictícios ou pseudônimos, as entrevistas poderão ser gravadas, para facilitar as análises.

Participarão desta pesquisa 08 mulheres, que tenham mais de 18 anos, que possuem vínculo afetivo com os AVS, que fazem parte do grupo de intervenção do PROINVERT/CEPAJ/IDF (IDEF), no ano de 2011/2012. Não participará desta pesquisa mulheres menores de 18 anos, que não tenham vínculo com os AVS participantes do grupo de intervenção do PROINVERT/CEPAJ/IDF, no ano de 2011/2012 ou que não deseje por motivo pessoal, por vulnerabilidade física, psicológica e/ou social, ou que não se enquadrem no critério de inclusão por não serem indicada pelos AVS.

6- Risco e Desconforto: Não existem riscos imediatos ou tardios que possam ser especificados para os participantes, portanto é considerada como sendo de risco mínimo. Todavia por tratar-se de um tema com implicações Psicológicas, é garantido ao sujeito participantes desta pesquisa o apoio psicológico no Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ/IDF), se necessário.

7- Benefícios: Sua participação nesta pesquisa ira colaborar para conhecermos os laços afetivos dos AVS e assim elaborar estudos e meios de prevenção e erradicação da violência. Os benefícios são principalmente para ciência no sentido de propiciar a compreensão dos mecanismos psicológicos e sociais que explicam as situações de violência, os resultados poderão servir de base para reflexão e discussão das políticas publicas e medidas de intervenção voltadas para esse publico.

8- Confidencialidades: As informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para atender aos objetivos desta pesquisa, e os procedimentos desta pesquisa foram elaborados de acordo com a resolução 196/96 do Ministério da Saúde, o que garante a todos os sujeitos o sigilo, a privacidade e Confidencialidades.

Todos os participantes, as anotações ou gravações serão mantidos em sigilo, mesmo que alguns dados das informações ou referencias sejam utilizadas na dissertação ou em artigos científicos, a integridade e segurança destes dados serão resguardados.

Todas as informações referentes à pesquisa serão guardadas por no mínimo 5 (cinco) aos e depois incineradas ficando a pesquisadora responsável pelo processo.

9- Ressarcimento: Todas as despesas decorrentes da pesquisa será por conta do pesquisador, você não terá nenhum tipo de despesa ou custo para participar, e também não receberá nenhum tipo de salário e/ou qualquer remuneração por sua participação.

Indenização: Se você sentir prejudicado durante ou depois em decorrência da pesquisa poderá recorrer aos seus direitos legais.

10- Destinação dos Resultados: Os resultados estarão disponíveis no PPSSP-Programa de Pós Graduação Stritu Sensu em Psicologia, no núcleo de criança Adolescente e Família- (NIAF), na biblioteca central da PUC Goiás.

Após estes esclarecimentos solicitamos seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar da pesquisa.

• **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG nº _____ CPF nº _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo ***Os Sentidos de Violência para Mulheres afetivamente envolvidas com Autores de Violência Sexual***, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora ***Melissa Pereira David Sousa***, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____